








ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026
PROCESSO Nº 0794/2026






A Câmara Municipal de São Luís – MA por intermédio de seu **Agente de Contratação Substituto**, designado pela Resolução Administrativa Nº 217/2025, publicada em 03 de novembro de 2025, torna público para o conhecimento dos interessados, que fará realizar, sob a égide da Lei nº 14.133/2021, da Resolução Administrativa Nº 193/2023, da Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO via Sistema de Registro de Preços na forma ELETRÔNICA mediante as condições estabelecidas neste Edital.

OBJETO
Registro de Preços para fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, destinados ao atendimento das necessidades dos setores da Câmara Municipal de São Luís , visando à manutenção das atividades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

DADOS DO CERTAME	
	ÓRGÃO: Câmara Municipal de São Luís
	INÍCIO DA SESSÃO ELETRÔNICA: 17/06/2026 às 09h 30min (Horário de Brasília/DF)
	VALOR TOTAL ESTIMADO GLOBAL: R\$ 991.312,30 (novecentos e noventa e um mil, trezentos e doze reais e trinta centavos).
	SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Portal LICITANET – www.licitanet.com.br
	ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES: Até o terceiro dia útil antes da sessão, as impugnações e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados preferencialmente via sistema LICITANET. Se impossível, justifique por e-mail para licitacao@cmsaoluis.ma.gov.br , excepcionalmente, mediante impossibilidade técnica devidamente comprovada.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

INFORMAÇÕES	
	AGENTE DE CONTRATAÇÃO SUBSTITUTO Antônio Carlos Freitas da Silva
	AUTORIDADE COMPETENTE Paulo Victor Melo Duarte
	ENDEREÇO Rua da Estrela, nº 257, Centro, São Luís, Maranhão, Brasil
	SITE E EMAIL www.cmsaoluis.ma.gov.br licitacao@cmsaoluis.ma.gov.br
	NOTA 1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, mediante prévia comunicação do Agente de Contratação. NOTA 2 O Agente de Contratação convocará a licitante, por meio do sistema eletrônico, para envio da proposta readequada ao valor final ofertado, bem como da documentação complementar eventualmente exigida neste edital e dos documentos de habilitação, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante justificativa aceita pelo Agente de Contratação, sob pena de desclassificação ou inabilitação, conforme o caso.
ANEXOS DO EDITAL	
Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Modelo de Proposta de Preços; Anexo III – Minuta da ARP; Anexo IV– Minuta do Termo do Contrato.	



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes na Parte Geral. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

PARTE ESPECÍFICA	
NATUREZA DO OBJETO	BENS COMUNS
FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA	POR LOTE
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MENOR PREÇO
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	POR LOTE
MODO DE DISPUTA	ABERTO
INTERVALO ENTRE OS LANCES	R\$ 200,00 (Duzentos reais)
EXIGÊNCIA DE VISITA TÉCNICA	NÃO
APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE PROPOSTA	NÃO
EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE CONTRATO	NÃO
PERMITE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO	NÃO
HAVERÁ INVERSÃO DA FASE DE HABILITAÇÃO?	NÃO
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	90 (noventa) DIAS

DOS BENEFÍCIOS ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE	
Itens/Lotes destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP, cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)? (Art. 48, I, LC nº 123/2006)	NÃO
Itens/Lotes com reserva de cotas destinados a participação exclusivamente para MEI/ME/EPP (Art. 48, III, LC nº 123/06)	NÃO
Prioridade de contratação para MEI/ME/EPP sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido? (Art. 48, §3º, Lei LC nº 123/06)	NÃO



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

1.OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1 Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na Plataforma do Pregão e as especificações constantes deste Edital, serão consideradas como válidas as do Edital, sendo estes a que os licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2 RECURSO ORÇAMENTÁRIO

2.1 Nos termos da legislação vigente, por se tratar de um Registro de Preço a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da formalização do contrato ou instrumento equivalente.

3 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste procedimento de contratação os interessados estabelecidos no País, que satisfaçam as condições e disposições contidas neste Edital e nos seus Anexos, inclusive quanto à documentação, que desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto deste procedimento de contratação, previamente credenciadas no sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).

3.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste certame deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.1.2 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Câmara Municipal responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.1.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.1.4 Informações complementares sobre o credenciamento junto ao provedor do sistema deverão ser obtidas diretamente com o suporte técnico da plataforma indicada neste edital.

3.2 Ficam impedidos de participar desta licitação:

3.2.1 Aqueles que não atenderem às condições deste edital;

3.2.2 Aqueles que estejam em processo de dissolução, liquidação, falência ou concurso de credores;

3.2.2.1 Nos casos em que o empresário esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, poderá participar desde que apresente o plano de recuperação homologado em juízo.

3.2.3 Pessoa Física ou Jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de contratar com a administração pública em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.3.1 O impedimento de que trata o este item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.2.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.6 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.7 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.2.7.1 A vedação de que trata este estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.2.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, do processo de contratação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2.10 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

3.3 A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o agente de contratação de qualquer responsabilidade civil ou penal.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Conforme definido no preâmbulo deste edital, a fase de habilitação não antecederá as fases de apresentação de propostas e lances, nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021. Destarte, os documentos de habilitação somente serão exigidos, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

4.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor de sua proposta, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

4.4 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 4.4.4** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.6** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 4.7** A falsidade da declaração de que trata os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.8** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9** O prazo de validade da proposta é aquele estabelecido no preâmbulo deste edital de licitação, contados da data de abertura da sessão pública.
- 4.9.1** Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 4.10** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.11** A entrega da proposta e dos documentos de habilitação, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 5.1** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2** Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 5.3** Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do presente procedimento de contratação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de sua proposta e seus documentos de habilitação.
- 5.5** Aberta a sessão pública do certame, as propostas de preços serão irretratáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

6 JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.1** O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 6.1.1 Também será desclassificada a proposta preenchida e que identifique o licitante.
- 6.1.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.1.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 6.2 O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública da licitação quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais de um dia.
- 6.2.1 Após a suspensão da sessão pública, o Agente de Contratação enviará, via chat, mensagens aos licitantes informando a data prevista para o início da oferta de lances.
- 6.3 Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

7 FASE DE LANCES

- 7.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
- 7.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema
- 7.3 O intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, está estabelecido no preâmbulo deste edital.
- 7.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.5 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.7 O licitante poderá solicitar a exclusão de seu último lance ofertado, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável, que será avaliado pelo Agente de Contratação.
- 7.8 Durante a fase de lances, o Agente de Contratação poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja entendido como manifestamente inexecutável.
- 7.9 No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.11 **Conforme o preâmbulo deste edital, o modo de disputa será Aberto:**
 - 7.11.1 No modo de disputa “aberto”, a apresentação de lances públicos é de forma sucessiva, com prorrogações.
 - 7.11.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
 - 7.11.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 7.11.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 7.11.5** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.12** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances)..
- 7.12.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 7.12.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 7.12.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 7.12.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 7.12.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.12.2** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente a:
- 7.12.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
 - 7.12.2.2 empresas brasileiras;
 - 7.12.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - 7.12.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8 DOS CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE BENEFÍCIOS ÀS ME/EPPs

- 8.1** O licitante que deixar de assinalar o campo da “Declaração de ME/EPP” não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas.
- 8.2** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos estabelecidos no preâmbulo do presente instrumento.
- 8.3** Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.3.1** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste procedimento.
 - 8.3.2** Não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

- 8.3.3** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 8.3.4** A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.
- 8.3.5** Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prosseguirá com as demais licitantes.

9 DA NEGOCIAÇÃO

- 9.1** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.2** O Agente de Contratação poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.
- 9.3** Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.3.1** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.4** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.5** A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance no prazo mínimo de 2h (duas horas), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital, contado da convocação efetuada pelo Agente de Contratação.
- 9.5.1** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação justificada do licitante, formulada antes do fim do prazo, e formalmente aceita.
- 9.5.2** A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.
- 9.6** Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10 FASE DE JULGAMENTO

- 10.1** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e as Condições de Participação deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 10.1.1** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
- 10.1.2** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- 10.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 10.2** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992
- 10.3** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.3.1** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.3.2** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.4** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.5** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com este Edital.
- 10.6** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6.1** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.6.1.1** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;
- 10.7** O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, em prazo indicado no Chat, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.7.1** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Agente de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Agente de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta
- 10.7.2** Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 10.7.3** Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 10.7.4** Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis).
- 10.8** Será desclassificada a proposta que:
- 10.8.1** não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Agente de Contratação;
- 10.8.2** contiver vícios insanáveis;
- 10.8.3** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 10.8.4** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 10.8.5** com valor unitário ou global com preços manifestamente inexequíveis
- 10.8.5.1 Considerar-se-á inexequível a proposta que não possa ter demonstrado sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste procedimento de contratação.
- 10.8.5.2 Antes de desclassificar a proposta de preços e/ou lance ofertado, será oportunizado, em caráter de diligência, à empresa licitante de melhor oferta que apresente documento(s) que comprove(m) que o(s) preço(s) ofertado(s) não é(são) inexequível(eis)
- 10.8.6** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.9** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.9.1** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, que comprove:
- 10.9.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.9.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.10** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.11** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 10.12** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 10.12.1** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 10.12.2** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

11 FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1** Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2** O envio dos documentos de habilitação observará a sistemática definida neste edital, sendo exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021¹ SAZ\.
- 11.3** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 11.4** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, em 2 (duas) horas.
- 11.5** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 11.5.1** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Diretoria de Contratações, situada no endereço indicado no rodapé deste edital.
- 11.6** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)
- 11.6.1** complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.6.2** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.7** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.8** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 11.9** Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação e a equipe de apoio poderão sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 11.10** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 11.11** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 11.11.1** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 11.12** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 11.12.1** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 11.13** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.
- 11.13.1** O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

11.14 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.14.1 Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma

11.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.17 Nos lotes não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.18 O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

11.18.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

11.19 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12 DOS RECURSOS

12.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2 Declarada a vencedora, o Agente de Contratação abrirá prazo não inferior a 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.2.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.2.2 A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito e autoriza o Agente de Contratação a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

12.3 A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.3.1 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação

12.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

12.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Presidente da Câmara Municipal de São Luís.

12.7 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.8 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico com endereço no preâmbulo deste instrumento.

13 DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1 O órgão gerenciador pela presente contratação é aquele informado no preâmbulo do presente edital e é responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente.

13.2 Com fulcro no art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e no art. 9º, § 3º da Resolução Administrativa Nº 193/2023, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024, não foi realizado na fase preparatória procedimento público de intenção de registro de preços. Por essa razão, não há órgãos participantes.

13.3 Utilizando da prerrogativa prevista no § 5º do art. 30 da Resolução Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024, a Câmara Municipal de São Luís, órgão gerenciador, não admitirá adesão de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal a esta Ata de Registro de Preços.

13.4 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.4.1 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13.4.1.1 A assinatura deverá ser assinada eletronicamente através de certificado digital, por processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.

13.4.2 É facultado ao órgão gerenciador, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo.

13.5 A recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo assinalado no item anterior, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

13.6 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.7 A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

13.8 O prazo de vigência da ata de registro de preços será de **1 (um) ano**, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso e haja anuência do fornecedor, nos termos da legislação vigente.

13.9 A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

13.10 A Ata de Registro de Preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizada durante sua vigência.

14 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

14.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

14.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

14.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

14.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

14.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

14.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

14.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

14.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

14.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

14.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

14.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

14.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

15.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

15.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

15.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

15.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

15.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

15.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

15.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

15.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

15.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 15.1.5** fraudar a licitação
- 15.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 15.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 15.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 15.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 15.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.2.1** advertência;
 - 15.2.2** multa;
 - 15.2.3** impedimento de licitar e contratar e
 - 15.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.3** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 15.3.2** as peculiaridades do caso concreto
 - 15.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 15.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 15.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 15.4.1** Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 15.4.2** Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito desta Administração Pública direta e indireta, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 15.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 15.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3,



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor desta Administração.

15.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

15.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

15.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final do Presidente da Câmara Municipal de São Luís.

15.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados a essa Administração.

16 DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste procedimento de contratação mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico descrito no preâmbulo do presente edital ou através de campo próprio do sistema.

16.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.4 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.5 Para a resposta dos esclarecimentos e o julgamento das impugnações o Agente de Contratação será auxiliado pelo setor técnico competente.

16.6 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no mural da plataforma utilizada para realização do certame através do endereço e vincularão os participantes e a Administração.

17 DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2 Ao Presidente da Câmara Municipal de São Luís compete anular este procedimento de contratação por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

17.2.1 A anulação do procedimento de contratação induz à extinção do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- 17.2.2** As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 17.3** O Agente de Contratação poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal desta Câmara Municipal ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.
- 17.4** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente desta Câmara.
- 17.5** O Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam a proposta, a legislação vigente e a lisura desta Licitação, reservando-se o direito de promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da Sessão Pública.
- 17.6** As normas que disciplinam este procedimento de contratação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7** Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital prevalecerá a redação deste.
- 17.8** Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários.
- 17.9** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a Sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Contratação em contrário.
- 17.10** Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.
- 17.11** Os casos omissos serão decididos pelo Agente de Contratação em conformidade com as disposições constantes das Leis no preâmbulo deste Edital e demais normas pertinentes.
- 17.12** Este Edital será fornecido a qualquer interessado, através dos sítios www.licitanet.com.br e <https://www.cmsaoluis.ma.gov.br/>.
- 17.13** Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5.º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

18 ANEXOS

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Modelo de Proposta de Preços
Anexo III	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IV	Minuta do Termo de Contrato



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

São Luís – MA, 02 de junho de 2026.

Antônio Carlos Freitas da Silva

Agente de Contratação Substituto/CMSL

Matrícula nº 8522-1



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

LEI 14.133/21

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para fornecimento parcelado, sob demanda, de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, destinados ao atendimento das necessidades dos setores da Câmara Municipal de São Luís, visando à manutenção das atividades institucionais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. A contratação ocorrerá mediante Pregão Eletrônico e está condicionada a 3 (três) lotes de negociação:

1.1.1. O primeiro lote refere-se aos materiais de expediente e apoio administrativo, composto por 64 (sessenta e quatro) itens destinados ao atendimento das necessidades operacionais dos setores da Câmara Municipal, cujas especificações técnicas foram definidas com base em padrões usuais de mercado, admitindo-se o fornecimento de produtos equivalentes, similares ou de qualidade superior, desde que atendam integralmente às exigências técnicas e funcionais estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.2. O segundo lote refere-se aos materiais de limpeza e apoio administrativo, composto por 52 (cinquenta e dois) itens, definidos conforme as necessidades institucionais da Administração, observados padrões mínimos de qualidade, desempenho e adequação ao uso, sendo admitidos produtos equivalentes, similares ou de qualidade superior, desde que compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.3. O terceiro lote refere-se aos gêneros alimentícios e itens de copa, totalizando 14 (quatorze) itens destinados ao consumo institucional, devendo os produtos ofertados observar os padrões mínimos de qualidade, acondicionamento, validade e demais requisitos técnicos exigidos neste Termo de Referência, admitindo-se produtos equivalentes ou de qualidade superior compatíveis com o objeto da contratação.

1.2. Os itens a serem licitados com os seus respectivos quantitativos estarão listados no ANEXO I deste Termo.

1.3. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que possuem especificação usual e padronização de mercado, podendo ser descritos de forma objetiva e clara neste Termo de Referência, o que permite a sua aquisição por meio de pregão, conforme disposto no art.6º, inciso XXI, e art.29, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O fornecimento é enquadrado como eventual/parcelado, com a aquisição de bens de consumo com entregas sucessivas, conforme necessidade da Administração.

1.5. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço é de 12 (doze) meses, contado a partir data de assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço mais vantajoso, conforme Resolução Administrativa nº 193/2023/ CMSL e artigo 84 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

1.6. A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será definida no respectivo instrumento contratual, limitada ao prazo necessário para o cumprimento das obrigações contratuais, não se aplicando, como regra, a prorrogação prevista para serviços contínuos, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

1.7. A contratação por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá maior flexibilidade na execução do fornecimento, possibilitando aquisições conforme a demanda da Administração, evitando a



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

formação de estoques desnecessários e contribuindo para a economicidade e eficiência da despesa pública. Destaca-se, ainda, que tal sistemática possibilita a melhor gestão da dotação orçamentária, uma vez que os recursos serão comprometidos apenas na medida das contratações efetivamente realizadas, evitando o bloqueio integral de valores e permitindo a adequada alocação orçamentária conforme as reais necessidades da Administração.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A presente contratação visa atender à necessidade contínua da Câmara Municipal de São Luís quanto ao suprimento de materiais de limpeza, expediente e gêneros alimentícios, indispensáveis para o apoio e manutenção das atividades administrativas, legislativas e operacionais da Casa.

2.2 A aquisição desses insumos tem como objetivo garantir condições adequadas de higiene, organização e funcionamento dos setores internos, promovendo um ambiente de trabalho limpo, eficiente e funcional para servidores, vereadores e cidadãos que utilizam os serviços da Câmara.

2.3 A contratação está amparada no artigo 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de planejar suas contratações de forma a atender ao interesse público e à promoção da eficiência administrativa. Nesse contexto, a padronização e o planejamento prévio da aquisição dos materiais permitem uma gestão mais racional dos recursos públicos, com economia de escala e otimização de processos.

2.4 A presente contratação foi precedida de Estudos Técnicos Preliminares (ETP), constantes do processo administrativo nº 0794/2026, que fundamentam as escolhas realizadas neste Termo de Referência.

2.5 Nesse contexto, a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** favorece a execução do fornecimento de forma mais dinâmica, permitindo que as aquisições ocorram de acordo com a demanda efetiva da Administração, reduzindo riscos de acúmulo indevido de materiais e assegurando maior racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A presente contratação visa atender à demanda recorrente da Câmara Municipal de São Luís por materiais de limpeza, expediente e de gêneros alimentícios, que são indispensáveis ao funcionamento cotidiano das atividades administrativas e legislativas da Casa.

3.2 A solução envolve o fornecimento parcelado, sob demanda, conforme necessidade da Administração de insumos utilizados em gabinetes parlamentares, setores administrativos, salas de reunião, plenário, recepção, áreas comuns e sanitárias. Tais itens devem apresentar durabilidade, funcionalidade e qualidade compatíveis com sua finalidade de uso institucional, respeitando os critérios técnicos estabelecidos neste Termo de Referência.

3.3 De modo a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos públicos, a descrição dos materiais observa a realidade de consumo da Câmara, privilegiando itens já padronizados internamente, com especificações compatíveis com as necessidades reais dos usuários e com a frequência de reposição observada em exercícios anteriores. Sempre que possível, serão adotadas referências do Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal (instituído pela Portaria SEGES/ME nº 938/2022).

3.4 Em relação ao ciclo de vida do objeto, considera-se não apenas o uso direto dos materiais, mas também aspectos como:

- a) A durabilidade dos itens (ex: papel de maior gramatura, detergentes concentrados);



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- b) A facilidade de armazenamento e manuseio;
- c) A logística de entrega (de forma parcelada, evitando acúmulo de estoque);
- d) A substituição de itens com defeito ou fora das especificações;
- e) A destinação ambientalmente adequada das embalagens e resíduos, sempre que possível.

3.5 Será incentivada a aquisição de produtos com menor impacto ambiental, como:

- a) Materiais de papelaria reciclados ou com certificação de manejo sustentável;
- b) Produtos de limpeza com selo de qualidade ambiental, biodegradáveis ou com menor teor de compostos tóxicos;
- c) Copos e utensílios descartáveis fabricados com insumos recicláveis.

3.6 Além disso, será observada a viabilidade técnica e econômica de cada item com base no consumo estimado e na experiência prévia da Câmara, buscando racionalizar as aquisições e evitar desperdícios. A entrega dos materiais deverá ocorrer nas dependências da Câmara, em horário comercial, mediante requisição formal, respeitando os prazos estabelecidos no edital e na futura Ata de Registro de Preços.

3.7 A especificação dos itens consta no ANEXO I, detalhando unidade de fornecimento, quantidade estimada, descrição técnica e exigências mínimas de qualidade.

3.8 Essa solução busca garantir a continuidade dos serviços institucionais da Câmara Municipal de São Luís com eficiência, previsibilidade orçamentária, respeito aos princípios da legalidade, economicidade e sustentabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para assegurar a adequada execução contratual e o pleno atendimento das rotinas administrativas e operacionais da Câmara Municipal de São Luís, a presente contratação observará os seguintes requisitos, ajustados à natureza dos materiais a serem fornecidos:

- 4.1.1 Conformidade com normas legais e técnicas aplicáveis
- 4.1.2 Todos os itens deverão atender às exigências legais e técnicas pertinentes, incluindo normas da ANVISA, MAPA e ABNT, conforme o tipo de material fornecido. Produtos de limpeza, gêneros alimentícios e materiais de uso sanitário deverão apresentar rotulagem clara, com data de validade, número de lote, composição e identificação do fabricante, além de registro ou notificação quando exigido por legislação específica.
- 4.1.3 Materiais escolares e de expediente, especialmente aqueles com tinta, grafite ou adesivos, deverão observar padrões usuais de qualidade e segurança, evitando riscos à saúde dos usuários ou ao meio ambiente.

Qualidade e estado de conservação dos produtos

4.2 Todos os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente embalados, novos, sem sinais de uso anterior, danos, vencimento próximo ou avarias. Deverão ser compatíveis com o uso institucional e rotineiro da Câmara Municipal, com especificações técnicas equivalentes às descritas no Termo de Referência.

4.3 Será obrigatória a substituição imediata de qualquer item que apresente falhas, divergência em relação às especificações ou estado de conservação inadequado, sem ônus adicional para a Administração.

Procedência e responsabilidade do fornecedor



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

4.4 Os materiais deverão ser adquiridos de fabricantes ou distribuidores regularmente constituídos, com reputação idônea e capacidade de fornecimento compatível com a demanda pública. Não será admitido o fornecimento de bens sem procedência comprovada, sem identificação clara quanto ao fabricante e às especificações técnicas, ou que não atendam aos requisitos mínimos de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência e nas normas técnicas aplicáveis.

4.5 O descumprimento de qualquer dessas exigências poderá ensejar o não recebimento dos produtos e aplicação das penalidades previstas em contrato.

5. DA SUBCONTRATAÇÃO .

5.1 Admite-se exclusivamente a subcontratação de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, tais como logística, transporte, distribuição ou apoio operacional, desde que tais atividades não integrem o núcleo essencial do objeto contratado, sem transferência da responsabilidade integral da contratada perante a Administração.

5.2 A contratada permanecerá integralmente responsável pela execução contratual, inclusive pelas obrigações decorrentes das atividades eventualmente subcontratadas.

5.3 A Administração poderá exigir, a qualquer tempo, a substituição da subcontratada que comprometa a adequada execução contratual.

6. DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1 Nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser adotada conforme a análise dos riscos inerentes à contratação.

6.2 Para o presente objeto, que consiste no fornecimento de bens comuns de consumo, por meio de Sistema de Registro de Preços, caracterizado pela baixa complexidade, ampla disponibilidade no mercado, entrega parcelada e pagamento condicionado ao efetivo recebimento dos itens, não se identifica risco relevante que justifique a exigência de garantia contratual.

6.3 Ademais, a exigência de garantia, no caso em tela, poderia restringir a competitividade do certame e implicar aumento indireto dos custos, em razão do repasse dos encargos financeiros aos preços ofertados.

6.4 Dessa forma, a Administração opta, de forma motivada, pela **não exigência de garantia contratual**, por entender que tal medida não se mostra necessária nem vantajosa, preservando-se os princípios da economicidade, eficiência e ampla competitividade.

7. DA AQUISIÇÃO E ENTREGA DO OBJETO DE CONTRATAÇÃO

7.1 A solicitação do objeto ocorrerá por meio de “**Ordem de Fornecimento**” contendo a informação dos itens, quantidades, preços unitários e totais. A solicitação será assinada pelo Fiscal do Contrato, devendo conter o prazo para entrega, o qual não poderá ser superior a 15 (quinze) dias úteis.

7.2 Em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Administração, poderá ser solicitado prazo inferior, desde que haja concordância do fornecedor.

7.3 Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Material e Patrimônio setor este localizado na sede da Câmara Municipal de São Luís, localizada na **Rua da Estrela, nº 257, Centro, São Luís - MA, CEP: 65010-200.**



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

7.4 As entregas podem ser feitas no horário das **08h00min às 13h00min horas de segunda a sexta-feira**, respeitando eventuais feriados e suspensão de expediente que porventura sejam estabelecidos pela Câmara Municipal de São Luís.

7.5 Se, após o **recebimento provisório**, constatar-se que os produtos fornecidos estão em desacordo com a proposta, com defeito, fora da especificação ou incompletos, após a notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que sanada a situação.

7.6 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do fornecimento, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

7.7 Se houver recusa do objeto, no todo ou em parte, em razão de desconformidade com as especificações exigidas, qualidade inadequada, avarias, vícios ou divergência em relação ao solicitado, a EMPRESA FORNECEDORA deverá proceder à substituição, sem qualquer ônus para a CMSL/MA, observados os seguintes prazos, contados do recebimento formal da comunicação expedida pela CONTRATANTE:

a) Lote 01 – Material de Expediente: no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**;

b) Lote 02 – Material de Limpeza: no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**;

c) Lote 03 – Gêneros Alimentícios: no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, considerando a natureza dos itens e a necessidade de reposição em prazo compatível com a demanda administrativa.

7.8 Em se tratando de gêneros perecíveis eventualmente integrantes do Lote 03, cuja substituição demande maior urgência em razão da natureza do produto, a CONTRATANTE poderá fixar prazo inferior, desde que compatível com a necessidade administrativa e previamente comunicado à contratada.

7.9 Os materiais especificados neste Termo de Referência no que couber, deverão conter em suas embalagens as seguintes informações:

a) Peso líquido;

b) Composição;

c) Identificação dos produtos e do estabelecimento de origem;

d) Data de industrialização / fabricação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

7.10 O prazo de garantia será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), contado a partir do recebimento definitivo do produto, aplicando-se o prazo mínimo legal de 30 (trinta) dias, sem prejuízo de garantias estendidas previstas pelo fabricante.

7.11 Os itens com defeito de fabricação deverão ser substituídos em até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação da Administração, sem qualquer ônus adicional.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput). O fiscal do contrato anotará em registro próprio



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.4 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.5 A contratada deverá indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

8.6 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.7 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.8 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.9 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput). A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante do escritório contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.12 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.13 A gestão do contrato será exercida por servidor formalmente designado pela Administração, a quem competirá acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais, promovendo o controle do prazo de vigência, da regularidade documental da contratada, da manutenção das condições de habilitação, da instrução dos procedimentos relacionados à execução contratual, bem como adotando as providências necessárias à continuidade regular da contratação, sem prejuízo das atribuições do fiscal do contrato.

8.14 Compete ao gestor do contrato acompanhar a atuação do fiscal contratual, verificar a regularidade dos atos praticados no curso da execução, analisar eventuais ocorrências registradas, promover os encaminhamentos administrativos pertinentes, bem como autorizar o prosseguimento dos procedimentos administrativos relacionados ao recebimento, liquidação e pagamento, observadas as competências de cada setor envolvido.

8.15 O fiscal do contrato deverá acompanhar a execução de cada fornecimento realizado, verificando a conformidade dos materiais entregues com as especificações previstas no Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e instrumento contratual, devendo registrar formalmente as ocorrências verificadas durante a execução.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

8.16 Para cada Ordem de Fornecimento efetivamente executada, o fiscal do contrato deverá emitir **Relatório de Fiscalização/Relatório de Execução Contratual**, certificando o cumprimento da obrigação contratual, a conformidade quantitativa e qualitativa dos itens entregues, eventuais ocorrências constatadas, aplicação de medidas corretivas, quando cabíveis, bem como manifestação expressa quanto ao recebimento do objeto para fins de prosseguimento do processo administrativo de liquidação e pagamento.

8.17 O processamento do pagamento ficará condicionado à apresentação do Relatório de Fiscalização emitido pelo fiscal do contrato, devidamente atestando a regular execução do fornecimento correspondente à respectiva Ordem de Fornecimento, sem prejuízo da apresentação dos demais documentos exigidos para instrução processual.

8.18 Verificada irregularidade na execução contratual, divergência quantitativa ou qualitativa dos materiais fornecidos, descumprimento de prazo, inadequação documental ou qualquer outra inconformidade, o fiscal deverá registrar formalmente a ocorrência e comunicar imediatamente ao gestor do contrato para adoção das providências administrativas cabíveis.

8.19 O gestor e o fiscal do contrato atuarão de forma coordenada, observadas as atribuições legalmente estabelecidas e os normativos internos da Administração, com vistas à adequada execução contratual, controle administrativo, recebimento do objeto e regular instrução dos processos de pagamento.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com este Termo de Referência e os termos do contrato/Ata de Registro de Preços.

9.2 Emitir as Ordens de Fornecimento de forma clara e objetiva, com a especificação dos itens, quantidades e prazo para entrega.

9.3 Receber provisória e definitivamente os produtos fornecidos, na forma prevista neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133/2021.

9.4 Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, fixando prazo para sua regularização.

9.5 Efetuar o pagamento no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

9.6 Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas, inclusive o acesso às suas instalações para fins de entrega dos materiais.

9.7 Designar formalmente o Gestor e o Fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

9.8 Aplicar as sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações contratuais, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.9 Notificar a Contratada, por escrito, sobre qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato que demande providências.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Entregar os produtos nas condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, bem como atender os quantitativos solicitados mediante Ordem de Fornecimento.

10.2 Entregar os produtos dentro do prazo máximo de 15 (cinco) dias úteis contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, conforme item 7.1 deste Termo de Referência.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

10.3 Comunicar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes do vencimento do prazo de entrega, qualquer ocorrência que impeça o cumprimento dos prazos estabelecidos, apresentando justificativa por escrito.

10.4 Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, apresentando a documentação requerida sempre que solicitado.

10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e com a Lei nº 14.133/2021.

10.6 Substituir, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, os produtos recusados ou que apresentem irregularidades, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de São Luís.

10.7 Responsabilizar-se pelas despesas com frete, embalagem, carga e descarga dos materiais até o local de entrega designado.

10.8 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, mantendo contato com o Gestor do Contrato para resolução de eventuais intercorrências.

10.9 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo nos casos de subcontratação de atividades acessórias previstos neste Termo de Referência.

10.10 Arcar exclusivamente com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

10.11 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11. DOS CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação completa exigida para instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Para fins de solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá protocolar **fisicamente** o pedido junto ao **Protocolo Geral da Câmara Municipal de São Luís**, localizado na **Rua da Estrela, nº 257, Bairro Reviver, São Luís/MA**, em dias úteis, no horário regular de expediente administrativo da Casa Legislativa, mediante apresentação integral da documentação exigida para instrução do processo de pagamento.

11.3. O pedido de pagamento deverá ser instruído, obrigatoriamente, com os seguintes documentos:

11.3.1 Ofício formal de solicitação de pagamento, assinado pelo representante legal da contratada, contendo, no mínimo:

- a) Mês de referência da prestação do serviço ou fornecimento;
- b) Descrição clara e detalhada do objeto executado;
- c) Número do contrato administrativo;
- d) Número do processo administrativo;
- e) Valor total solicitado;
- f) Dados bancários da contratada (banco, agência e conta corrente);
- g) Documento comprobatório da representação legal, quando aplicável.

11.3.2 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura correspondente ao objeto executado;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

11.3.3 Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos de habilitação exigíveis, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

- a) Certidão relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
- b) Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão da Dívida Ativa Estadual;
- d) Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- e) Certificado de Regularidade do FGTS;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- g) Extrato de Contribuição Previdenciária (CNIS)
- h) Ordem de fornecimento expedida pelo Fiscal do Contrato, ou documento equivalente que comprove a autorização da execução;
- i) Relatório de Execução Contratual expedida pelo Fiscal do Contrato ou documento equivalente, devidamente atestado pelo Gestor do Contrato;
- j) Demais documentos complementares exigidos conforme a natureza da contratação.

11.4. O setor competente da CONTRATANTE procederá à conferência formal da documentação apresentada, verificando a existência dos elementos essenciais à liquidação da despesa, bem como a conformidade da execução contratual.

11.5. Havendo erro, inconsistência, ausência documental, irregularidade fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo de pagamento será sobrestado e devolvido para saneamento, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento somente após a regularização integral da pendência, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

11.6. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar a emissão da respectiva ordem bancária.

11.7. Considerando que, até o presente momento, o procedimento administrativo adotado pela Câmara Municipal de São Luís para solicitação de pagamento contratual ocorre exclusivamente por meio físico, junto ao protocolo institucional, a CONTRATADA declara ciência de que eventuais custos operacionais decorrentes da preparação documental, impressão, autenticações, deslocamento de prepostos ou funcionários, protocolo físico e demais despesas correlatas necessárias à instrução do pedido de pagamento deverão ser considerados na formulação da proposta comercial, não sendo admitidos pleitos futuros de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes adicionais ou cobranças complementares fundamentadas exclusivamente nesses custos operacionais ordinários previsíveis.

11.7.1. A disposição prevista no item anterior restringe-se exclusivamente aos custos administrativos ordinários inerentes ao procedimento de protocolo e instrução do processo de pagamento, não afastando o direito da contratada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses legalmente cabíveis, devidamente comprovadas, nos termos da legislação vigente.

12. REGIME DE FORNECIMENTO DA CONTRATAÇÃO

12.1. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão prévia de Ordem de Fornecimento pelo Fiscal do Contrato, devendo a contratada realizar a entrega no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento da respectiva Ordem.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

12.2. Considerando tratar-se de contratação processada por meio do **Sistema de Registro de Preços**, a formalização da Ata de Registro de Preços e sua respectiva publicação não gerarão, por si sós, obrigação imediata de fornecimento por parte da empresa registrada, constituindo o referido instrumento apenas compromisso para futura e eventual contratação, conforme a necessidade da Administração, durante o período de sua vigência. Assim, após a publicação da Ata de Registro de Preços, os itens registrados permanecerão disponíveis para contratação conforme a conveniência e necessidade da CONTRATANTE, mediante a formalização da respectiva contratação decorrente da Ata, por meio de contrato administrativo, nota de empenho ou outro instrumento hábil admitido pela legislação vigente.

12.3. A execução do fornecimento somente será iniciada após a formalização da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento, não sendo autorizado qualquer fornecimento sem prévia solicitação formal da CONTRATANTE. Fica expressamente estabelecido que apenas os itens regularmente solicitados por meio da competente Ordem de Fornecimento serão considerados aptos para recebimento, conferência, atesto e posterior processamento para pagamento.

12.4. O encerramento da execução ocorrerá com o esgotamento do quantitativo efetivamente contratado ou ao término da vigência da Ata de Registro de Preços ou do instrumento contratual dela decorrente, o que ocorrer primeiro, observadas as disposições legais aplicáveis.

12.5. O recebimento do objeto observará as etapas de recebimento provisório e definitivo, nos termos do **art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, competindo ao Fiscal do Contrato verificar a conformidade dos materiais entregues com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, Edital, proposta vencedora e instrumento contratual.

12.6. O pagamento ficará condicionado à efetiva entrega dos itens regularmente solicitados, ao recebimento e aceite pela Administração, bem como ao devido atesto pelo Fiscal do Contrato, não sendo reconhecido qualquer fornecimento realizado em desacordo com o fluxo formal estabelecido pela Administração ou sem a devida autorização prévia.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, adotando-se o modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.2. A adoção do critério de julgamento por lote justifica-se em razão da natureza dos itens agrupados, os quais apresentam correlação técnica, funcional e mercadológica, permitindo tratamento conjunto sem prejuízo à competitividade do certame.

13.3. O agrupamento dos itens em lotes visa promover maior eficiência administrativa e operacional na gestão da contratação, mediante racionalização dos procedimentos de aquisição, simplificação do gerenciamento contratual, otimização das rotinas de solicitação, recebimento, conferência, fiscalização e controle de fornecimento, bem como redução dos custos administrativos decorrentes da eventual pulverização contratual.

13.4. A opção pelo julgamento por lote também se revela economicamente vantajosa, considerando a possibilidade de obtenção de melhores condições comerciais em razão do fornecimento conjunto dos itens agrupados, com potencial ganho de escala, padronização logística e maior eficiência na execução contratual.

13.5. Registra-se, ainda, que o agrupamento adotado não compromete a ampla competitividade, tampouco restringe indevidamente a participação de interessados, tendo em vista a existência de ampla oferta no mercado de fornecedores aptos ao fornecimento integral dos respectivos lotes, preservando-se os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

14. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Habilitação Jurídica:

- 14.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 14.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 14.3.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 14.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 14.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 14.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 14.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 14.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

- 14.10.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) do representante legal;
- 14.11.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 14.12.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 14.13.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.14.** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

14.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

14.18. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.18.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

Habilitação Econômico-Financeira

14.19. A habilitação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

14.19.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial em caso de pessoas físicas, emitida até 60 (sessenta) dias antes da data da sessão pública ou que esteja dentro do prazo de validade constante da própria certidão;

14.19.1.1 Caso admitida participação de Pessoas Físicas ou Sociedade Simples, deverá ser apresentada Certidão Negativa de Insolvência Civil, expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, desde que admitida a sua participação na licitação.

14.19.2. Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços **provisórios**.

14.19.2.1 Os documentos referidos no item acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

14.19.2.2 As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso, devidamente registrado na forma da lei.

14.19.2.3. As sociedades empresárias enquadradas nas regras da Instrução Normativa RFB nº 2003, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre a Escrituração Contábil Digital – ECD, para fins fiscais e previdenciários poderão apresentar o balanço patrimonial e os termos de abertura e encerramento do livro diário, em versão digital, obedecidas as normas do parágrafo único do art. 2º da citada instrução quanto a assinatura digital nos referidos documentos, quanto a Certificação de Segurança emitida por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas – Brasileiras – ICP – Brasil.

14.19.3. Declaração, assinada por profissional da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), **com apresentação de Certidão de Regularidade Profissional/registro atualizado e válido**, que ateste o atendimento, pelo licitante, dos índices econômicos exigidos, nos termos do §1º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, mediante aplicação das fórmulas a seguir:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Índice de Liquidez Geral ($\geq 1,00$):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Índice de Liquidez Corrente ($\geq 1,00$):

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Solvência Geral ($\geq 1,00$):

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

14.19.3.1. Da análise dos documentos apresentados serão calculados os índices Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), que deverão apresentar resultado igual ou superior a 1 (um).

14.19.3.2. As empresas que apresentarem resultado do quociente de capacidade econômico-financeira menor do que o exigido, quando de sua habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a administração, Capital Social no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor total dos seus itens ofertados, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais.

14.19.3.3. O Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123 de 2006 estará dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício;

Habilitação Técnica:

14.20. Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante forneceu, de forma satisfatória, materiais de natureza compatível com os previstos neste Termo de Referência, em quantidade e condições semelhantes às ora contratadas.

14.21. Somente serão aceitos atestados e cópias de contratos expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

14.22. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

14.23. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

14.24. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Declarações Complementares

14.25. Além dos documentos e declarações acima, a licitante deverá apresentar as seguintes declarações, sob pena de inabilitação:

14.25.1. Declaração de que atende aos requisitos de habilitação e que as informações prestadas são verdadeiras, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

14.25.2. Declaração de que cumpre as exigências legais relativas à reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, nos termos do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.25.3. Declaração de que a proposta econômica contempla a integralidade dos custos com encargos.

15 DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

15.1 A participação de microempresas e empresas de pequeno porte observará o disposto na Lei Complementar nº 123/2006, especialmente quanto ao tratamento diferenciado e favorecido previsto em seus arts. 42 a 49.

15.2 Considerando que o objeto da contratação envolve o fornecimento de bens divisíveis, a Administração procedeu à análise quanto à possibilidade de aplicação da reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme previsto no art. 48, inciso III, da referida Lei Complementar.

15.3 Entretanto, no caso concreto, verificou-se que a adoção de cota reservada mostra-se tecnicamente inviável e economicamente desvantajosa, nos termos do art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, pelas razões a seguir expostas.

15.4 A modelagem da contratação foi estruturada por meio de agrupamento em lotes compostos por itens de mesma natureza e pertencentes a segmentos específicos de mercado, cuja execução se dá de forma integrada, contínua e sob demanda. A eventual divisão adicional desses lotes, com a criação de cotas reservadas, implicaria a fragmentação do objeto, com a possibilidade de contratação de múltiplos fornecedores para itens correlatos, o que comprometeria a padronização dos materiais e a uniformidade das especificações técnicas adotadas pela Administração.

15.5 Além disso, a coexistência de fornecedores distintos para itens de mesma natureza acarretaria aumento significativo da complexidade administrativa, especialmente no que se refere à gestão contratual, ao controle de qualidade dos produtos fornecidos e à fiscalização das entregas, elevando os custos operacionais e reduzindo a eficiência da execução contratual.

15.6 Ressalta-se, ainda, que a divisão do objeto poderia ocasionar descompasso no fornecimento, com riscos concretos de descontinuidade no abastecimento, atrasos nas entregas e divergência de padrões de qualidade entre produtos equivalentes, o que se mostra incompatível com a necessidade de fornecimento regular e padronizado dos materiais utilizados nas atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de São Luís.

15.7 Adicionalmente, a pesquisa de mercado realizada indicou que o fornecimento dos itens agrupados é usualmente realizado por empresas que atuam de forma integrada em cada segmento, sendo plenamente possível a participação de microempresas e empresas de pequeno porte no certame, ainda que em regime de ampla concorrência, não havendo, portanto, prejuízo à competitividade.

15.8 Dessa forma, conclui-se que a adoção de cota reservada, no presente caso, não se mostra vantajosa para a Administração Pública, podendo comprometer a eficiência, a economicidade e a adequada execução contratual, razão pela qual, com fundamento no art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, opta-se pela não aplicação da reserva de cota, mantendo-se o certame em regime de ampla concorrência, sem prejuízo da participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

15.9 Destarte, em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, incisos I e III, alterados pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014, nesta licitação:



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

15.10 Não haverá lote com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), que deverão ser de participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de pequeno porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI;

15.11 Assegura-se, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, que ofertar lance até 5% (cinco por cento) superior ao melhor lance, nos termos do §2º do art. 44 da LC 123/2006

15.12 Não haverá reserva de Cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para Microempresas – ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, inclusive Microempreendedor Individual – MEI.

16 DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS CONSTITUIDAS SOB FORMA DE CONSÓRCIO

16.1 Não será permitida a contratação de empresas sob forma de consórcio.

16.2 Justifica-se a vedação à participação de empresas constituídas sob a forma de consórcio na presente licitação, tendo em vista que o objeto consiste no Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís.

16.3 Trata-se de contratação de baixa complexidade técnica e operacional, cujos requisitos de habilitação são compatíveis com a capacidade usual de fornecedores atuantes no ramo, não demandando estrutura organizacional ou capacidade econômico-financeira que justifique a formação de consórcios para sua execução.

16.4 Nesse contexto, verifica-se que a participação de empresas individuais é suficiente para garantir a ampla competitividade do certame, não havendo prejuízo à isonomia ou à seleção da proposta mais vantajosa. Ao contrário, a admissão de consórcios, neste caso específico, poderia reduzir o número de participantes, na medida em que empresas que atuariam isoladamente passariam a se agrupar, restringindo a concorrência.

16.5 Adicionalmente, a vedação ao consórcio contribui para mitigar riscos de formação de conluíus ou práticas anticoncorrenciais, preservando a lisura do certame e a efetiva disputa de preços.

16.6 Ressalta-se que, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a admissão de consórcios constitui faculdade da Administração, a qual deve ser exercida com base em critérios de conveniência e oportunidade, devidamente justificados. No presente caso, considerando a natureza comum do objeto, a ampla oferta no mercado e a baixa complexidade da contratação, conclui-se que a vedação à participação de consórcios melhor atende ao interesse público, em observância aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência.

17 DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, a saber: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade, aplicadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo da rescisão contratual.

18 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

18.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 991.312,30 (novecentos e noventa e um mil, trezentos e doze reais e trinta centavos), sendo o lote 1 no valor total de R\$ 444.626,10 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e dez centavos), o lote 2 no valor total de R\$ 353.549,90 (trezentos e cinquenta e três mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa centavos) e o lote 3 no valor total de R\$ 193.136,30 (cento e noventa e três mil, cento e trinta e seis reais e trinta



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

centavos), conforme demonstrado no ANEXO I deste Termo de Referência, que apresenta os preços unitários estimados apurados por meio de pesquisa realizada no Banco de Preços.

19 DA JUSTIFICATIVA PARA INDICAÇÃO DE MARCAS

19.1 A indicação de marcas no **ANEXO I** neste Termo de Referência justifica-se pelo histórico de consumo e pela necessidade de manutenção do padrão de qualidade e desempenho dos insumos utilizados na Câmara Municipal de São Luís. A experiência administrativa demonstra que materiais de baixa qualidade resultam em desperdícios, necessidade de reposição precoce e prejuízo à rotina das atividades legislativas e administrativas, infringindo o princípio da economicidade.

19.2 A indicação de marca serve, portanto, como parâmetro de referência para balizar as especificações técnicas, visando assegurar que a solução contratada possua durabilidade, rendimento e características compatíveis com o uso institucional desta Casa.

19.3 Em observância ao disposto no art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a menção a marca específica não restringe a participação de outras empresas. É facultada a apresentação de propostas com produtos de outras marcas, desde que sejam equivalentes, similares ou de qualidade superior, devendo o licitante apresentar, quando solicitado pela equipe técnica ou pelo Agente de Contratação, documentos (como catálogos, laudos ou etiquetas técnicas) que comprovem que o produto ofertado atende às exigências de desempenho aqui estipuladas.

20 DO REGISTRO DE PREÇOS

Justificativa para a formação

20.1 O sistema de Registro de Preços será adotado visando uma melhor gestão financeira, administrativa e orçamentária, tornando o processo mais eficiente e reduzindo desperdícios, com redução de procedimentos administrativos e custos financeiros, em observância aos princípios da economicidade e sustentabilidade para a Administração.

Adesão a Ata de Registro de Preços

20.2 Utilizando da prerrogativa prevista no § 5º do art. 30 da Resolução Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024, a Câmara Municipal de São Luís, Órgão Gerenciador, **não admitirá adesão** de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal a esta Ata de Registro de Preços.

21 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no orçamento vigente da Câmara Municipal de São Luís, ficando sua indicação postergada para o momento da formalização do contrato, da emissão da nota de empenho ou instrumento equivalente, nos termos da legislação vigente.

21.2 Por se tratar de procedimento realizado por Sistema de Registro de Preços, as contratações serão efetuadas de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, podendo as despesas correrem à conta do



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

elemento de despesa 3.3.90.30.00 – Material de Consumo, ou outro elemento compatível com o objeto, conforme indicação do setor de Contabilidade e Orçamento à época da contratação.

São Luís – MA, 11 de maio de 2026.

Dirceu Marques Barbosa
Chefe do Departamento de Material e Patrimônio
Câmara Municipal de São Luís



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

LOTE I – MATERIAIS DE EXPEDIENTE E APOIO ADMINISTRATIVO						
Item	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
1	<p>APAGADOR PARA QUADRO BRANCO</p> <p>Apagador para quadro branco, com corpo confeccionado em material plástico resistente, de boa durabilidade, formato anatômico ou ergonômico, com base em feltro, espuma especial, manta ou material sintético equivalente, próprio para remoção de tinta de marcador de quadro branco, sem riscar, manchar ou danificar a superfície do quadro.</p> <p>Deverá possuir boa empunhadura, estabilidade no uso e capacidade de remoção eficiente da escrita, sem exigir esforço excessivo e sem espalhar resíduos de tinta.</p> <p>Dimensões aproximadas: entre 15 cm e 20 cm de comprimento, altura entre 3 cm e 6 cm, admitidas variações usuais de fabricação que não comprometam o uso.</p> <p>Cor Preferencial: neutra, como preta, cinza, azul escuro ou similar.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade</p> <p>Marca de referência: Radex ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos apagadores com feltro excessivamente fino, soltando partes, com baixa capacidade de apagamento, estrutura frágil ou que danifiquem a superfície do quadro.</p>	UND	231733	100	R\$ 10,99	R\$ 1.099,00
2	<p>ALMOFADA PARA CARIMBO</p> <p>Almofada para carimbo manual, tamanho nº 3, com estojo resistente em plástico ou metal, tampa com bom fechamento, base com feltro ou espuma de alta absorção e tinta na cor azul, própria para uso em carimbos de borracha ou polímero.</p> <p>Deverá proporcionar impressão uniforme, sem excesso de tinta, sem borrões e com secagem compatível com uso em papel comum de escritório.</p> <p>Dimensões aproximadas: 11 cm x 7 cm, admitida variação usual de mercado desde que mantido o padrão nº 3.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade individual.</p> <p>Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas almofadas ressecadas, com tampa frouxa, baixa carga de tinta,</p>	UND	231255	100	R\$ 15,40	R\$ 1.540,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	vazamento, transferência irregular ou que percam umidade em curto prazo.					
3	APONTADOR COM DEPÓSITO Apontador manual com depósito coletor de aparas, corpo em plástico resistente, lâmina metálica de boa afiação e durabilidade, apropriado para lápis grafite comum, com encaixe seguro do reservatório e abertura que permita o apontamento regular sem quebra excessiva do grafite. O produto deverá proporcionar apontamento uniforme, com retirada adequada da madeira e do grafite, sem emperramento frequente e sem desprendimento fácil da lâmina. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 25 unidades. Marca de referência: Faber-Castell ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos apontadores com depósito mal encaixado, lâmina que oxide facilmente, baixa capacidade de corte, quebra recorrente do lápis ou estrutura plástica quebradiça.	CAIXA	231285	20	R\$ 81,95	R\$ 1.639,00
4	ADESIVO INSTANTÂNEO (CIANOACRILATO) Adesivo instantâneo de alta aderência, secagem rápida, indicado para colagem de materiais diversos compatíveis com sua formulação, como borracha, metal, madeira, porcelana, cerâmica, couro, plástico e outros materiais usualmente coláveis por adesivo cianoacrilato ou equivalente técnico. Cada unidade deverá conter bico aplicador ou sistema que permita aplicação controlada, evitando desperdício e proporcionando precisão no uso. O adesivo deverá possuir viscosidade adequada para aplicação controlada, com bico aplicador de precisão, não sendo aceitos produtos excessivamente líquidos ou com dificuldade de aplicação. Peso ou volume unitário: entre 2 g e 5 g por unidade, admitindo variação compatível com o padrão de mercado, desde que mantida a eficiência e rendimento do produto. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 10 unidades. Marca de Referência: Tek bond 793 ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos produtos com baixa aderência, secagem inadequada, bico inutilizável, vazamento, endurecimento precoce na embalagem ou desempenho incompatível com a finalidade.	CAIXA	343328	30	R\$ 140,42	R\$ 4.212,60
5	BORRACHA BRANCA Borracha branca macia, formato retangular, escolar/profissional, indicada para apagar escrita a lápis grafite, confeccionada em material não tóxico, preferencialmente livre de PVC ou com composição	CAIXA	231272	50	R\$ 35,97	R\$ 1.798,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>equivalente de boa qualidade, com apagamento limpo, sem rasgar o papel, sem manchar excessivamente e com baixo nível de resíduos.</p> <p>Dimensões aproximadas por unidade: padrão escolar/escritório.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 40 unidades.</p> <p>Marca de referência: Mercur ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas borrachas ressecadas, com cheiro excessivo, que esfurem de forma exagerada, manchem o papel ou removam inadequadamente a escrita.</p>					
6	<p>BLOCO RECADO (76 mm x 102 mm)</p> <p>Bloco de notas autoadesivas reposicionáveis, medindo aproximadamente 76 mm x 102 mm, cada bloco contendo no mínimo 100 (cem) folhas, confeccionado em papel de gramatura adequada, com superfície uniforme que permita escrita com caneta, lápis ou marcador, sem borramento excessivo ou falhas.</p> <p>O produto deverá possuir adesivo reposicionável de alto desempenho, garantindo fixação firme e duradoura em superfícies como papel, plástico, madeira, vidro e similares, permitindo sua remoção e reaplicação sem danos à superfície, sem deixar resíduos relevantes e sem perda significativa da aderência. Gramatura mínima do papel: 70 g/m² ou equivalente técnico que assegure resistência, evitando ondulação excessiva, transparência ou transferência de tinta.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa contendo no mínimo 6 (seis) blocos, com 100 folhas por bloco, admitindo-se apresentação equivalente de mercado (ex.: 12 blocos), desde que mantidas ou superiores as características técnicas e o quantitativo total de folhas.</p> <p>Marca de referência: Post-it ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de Qualidade: Não serão aceitos produtos que apresentem baixa aderência, cujo adesivo não permita fixação adequada ou que se desprenda facilmente da superfície durante o uso normal, caracterizando desempenho inferior ao padrão exigido.</p> <p>O material não poderá apresentar: O adesivo deverá manter sua funcionalidade por período prolongado, não sendo aceitos produtos que percam aderência após curto período de uso ou armazenamento.</p>	CAIXA (KIT)	263613	200	R\$ 80,81	R\$ 16.162,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

7	<p>BLOCO RECADO (38mm x 50mm)</p> <p>Bloco de notas adesivas reposicionáveis, medindo aproximadamente 38 mm x 50 mm, contendo no mínimo 50 (cinquenta) folhas por bloco, confeccionado em papel de boa qualidade, com superfície uniforme, adequada para escrita com caneta, lápis ou marcador, sem falhas ou borramento excessivo.</p> <p>O produto deverá possuir adesivo reposicionável de boa fixação, garantindo aderência eficiente em superfícies usuais de escritório, tais como papel, plástico, madeira, vidro e similares, permitindo sua remoção sem danos relevantes e sem deixar resíduos significativos, mantendo sua funcionalidade durante o uso normal. Gramatura mínima do papel: 70 g/m² ou equivalente técnico que assegure resistência, evitando ondulação excessiva, transparência ou transferência de tinta.</p> <p>Apresentação comercial (padrão de mercado): Kit contendo 4 (quatro) blocos, com no mínimo 50 (cinquenta) folhas cada, totalizando no mínimo 200 folhas por embalagem, podendo ser fornecido em cores variadas (ex.: amarelo ou cores sortidas), conforme disponibilidade do fabricante.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa (kit).</p> <p>Marca de referência: padrão de qualidade equivalente a Post-it, Off Paper ou superior.</p> <p>O produto não poderá apresentar: O adesivo deverá manter sua funcionalidade por período prolongado, não sendo aceitos produtos que percam aderência após curto período de uso ou armazenamento.</p>	CAIXA (KIT)	263616	200	R\$ 29,14	R\$ 5.828,00
8	<p>BLOCO ADESIVO DE PÁGINAS DO TIPO MARCADOR (19 mm x 76 mm)</p> <p>Bloco em formato retangular estreito, medindo aproximadamente 19 mm x 76 mm, confeccionado em papel de boa qualidade, com superfície adequada para escrita com caneta, lápis ou marcador, sem falhas ou borramento excessivo.</p> <p>Apresentação comercial (padrão de mercado): Kit com 100 (cem) folhas cada, contendo 4 (quatro) blocos, totalizando no mínimo 400 blocos por embalagem, em cores diversas (ex.: neon), podendo variar conforme fabricante, desde que mantidas as características técnicas exigidas.</p> <p>O produto não poderá apresentar: baixa aderência; desprendimento imediato ou em curto prazo; falhas na camada adesiva; folhas excessivamente finas, translúcidas ou de baixa resistência; ou qualquer característica que comprometa sua finalidade de marcação e organização documental.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa (kit).</p>	CAIXA (KIT)	447926	300	R\$ 5,40	R\$ 1.620,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Marca de referência: similar a padrões de mercado como Off Paper, Post-it ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>O produto deverá possuir: O adesivo deverá manter sua funcionalidade por período prolongado, não sendo aceitos produtos que percam aderência após curto período de uso ou armazenamento.</p>					
9	<p>CAIXA DE ARQUIVO MORTO</p> <p>Caixa para arquivo morto, compatível com arquivamento padrão A4 e ofício sem deformação indicada para organização e armazenamento de documentos, fabricada em plástico corrugado (polionda), polipropileno ou material equivalente de boa resistência, própria para arquivamento em ambiente administrativo.</p> <p>Deverá possuir estrutura firme e reforçada, adequada para empilhamento, com resistência compatível ao peso de documentos, não podendo apresentar deformações excessivas durante o uso normal.</p> <p>Deverá possuir tampa com sistema de fechamento seguro, incluindo mecanismo de trava que impeça o afundamento da tampa quando empilhada, garantindo estabilidade e integridade do conteúdo.</p> <p>A caixa deverá conter áreas específicas para identificação em, no mínimo, três faces distintas, permitindo adequada organização e controle documental.</p> <p>Dimensões aproximadas compatíveis com padrão ofício, com medidas aproximadas de 350 mm x 135 mm x 250 mm (C x L x A), admitindo variação conforme padrão de mercado, desde que mantida a compatibilidade com documentos tamanho A4/ofício.</p> <p>Espessura mínima de 2 mm, ou equivalente técnico compatível com o material.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa contendo 10 (dez) unidades, desmontadas, acompanhadas de instruções de montagem quando aplicável.</p> <p>Marca de referência: Polibras ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitas caixas com baixa espessura, material excessivamente flexível, deformação estrutural durante o empilhamento, dificuldade de montagem ou encaixe, ausência de sistema de travamento da tampa ou qualquer característica que comprometa a durabilidade e o uso contínuo em ambiente institucional.</p>	CAIXA	622149	200	R\$ 109,01	R\$ 21.802,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

10	<p>CALCULADORA</p> <p>Calculadora de mesa de grande porte, com visor amplo de fácil leitura, capacidade mínima de 12 dígitos, teclas resistentes e legíveis, com funções básicas de cálculo, incluindo, no mínimo, soma, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, raiz, memória e tecla de correção quando houver. O visor deverá ser inclinado ou ajustado para facilitar a leitura, sendo vedados modelos com baixa visibilidade dos dígitos. Teclas em material resistente, com identificação permanente (não adesiva), não sendo aceitas teclas que apaguem com o uso. Alimentação por bateria, solar ou sistema misto, conforme padrão do fabricante. Deverá possuir bom acabamento, estabilidade na base e funcionamento adequado para uso frequente em ambiente administrativo.</p> <p>Dimensões aproximadas: mínimo de 14 cm de comprimento, garantindo conforto visual e operacional.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade.</p> <p>Embalagem: unidade individual.</p> <p>Marca de referência: Elgin ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas calculadoras com visor de difícil leitura, teclas frágeis, operação inconsistente ou baixo padrão de acabamento.</p>	UND	253520	50	R\$ 38,17	R\$ 1.908,50
11	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL</p> <p>Caneta esferográfica na cor azul, com ponta média de aproximadamente 1,0 mm, corpo em plástico resistente, podendo ser transparente, fumê ou similar, que permita a visualização do nível de tinta.</p> <p>Deverá possuir tampa ventilada com encaixe firme, preferencialmente com sistema de segurança, bem como ponta metálica de boa qualidade, garantindo maior durabilidade e precisão na escrita.</p> <p>A caneta deverá apresentar escrita macia, uniforme e contínua, sem falhas, borrões, excesso de tinta ou interrupções frequentes, com secagem adequada sobre papel comum de escritório, evitando manchas ou transferência indevida de tinta.</p> <p>O produto deverá possuir carga de tinta de boa qualidade e rendimento compatível com uso institucional contínuo, assegurando durabilidade e desempenho durante todo o seu ciclo de utilização.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 50 unidades.</p> <p>Marca de referência: Molin, Bic ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas canetas com escrita falha, tinta rala, vazamento, tampa frouxa, ponta defeituosa ou baixo rendimento.</p>	CAIXA	427913	100	R\$ 56,64	R\$ 5.664,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

12	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA</p> <p>Caneta esferográfica na cor preta, com ponta média de aproximadamente 1,0 mm, corpo em plástico resistente, podendo ser transparente, fumê ou similar, que permita a visualização do nível de tinta.</p> <p>Deverá possuir tampa ventilada com encaixe firme, preferencialmente com sistema de segurança, bem como ponta metálica de boa qualidade, garantindo maior durabilidade e precisão na escrita.</p> <p>A caneta deverá apresentar escrita macia, uniforme e contínua, sem falhas, borrões, excesso de tinta ou interrupções frequentes, com secagem adequada sobre papel comum de escritório, evitando manchas ou transferência indevida de tinta.</p> <p>O produto deverá possuir carga de tinta de boa qualidade e rendimento compatível com uso institucional contínuo, assegurando durabilidade e desempenho durante todo o seu ciclo de utilização.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 50 unidades.</p> <p>Marca de referência: Molin, Bic ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas canetas com escrita falha, tinta rala, vazamento, tampa frouxa, ponta defeituosa ou baixo rendimento.</p>	CAIXA	440071	100	R\$ 47,10	R\$ 4.710,00
13	<p>CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA</p> <p>Caneta esferográfica na cor vermelha, ponta média de aproximadamente 1,0 mm, corpo em material resistente, escrita uniforme e contínua, sem falhas, com secagem adequada e boa visibilidade do traço.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 50 unidades.</p> <p>Marca de referência: Molin, Compactor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas canetas com baixo fluxo de tinta, escrita irregular, excesso de falhas, tampa sem fixação adequada ou fragilidade estrutural.</p>	CAIXA	440073	50	R\$ 48,78	R\$ 2.439,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

14	CLIP NIQUELADO Nº 2 Clip para papel, nº 2, confeccionado em arame de aço com acabamento niquelado ou galvanizado de boa qualidade, resistente à deformação, com fechamento adequado para fixação de papéis sem rasgá-los ou perder a pressão facilmente. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: caixa com 720 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos clips com oxidação precoce, deformação excessiva, acabamento irregular ou baixa pressão de fixação.	CAIXA	446583	80	R\$ 24,88	R\$ 1.990,40
15	CLIP NIQUELADO Nº 3 Clip para papel, nº 3, em arame de aço niquelado, resistente e com boa capacidade de fixação documental. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: Caixa com 420 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos clips com oxidação precoce, deformação excessiva, acabamento irregular ou baixa pressão de fixação.	CAIXA	446585	80	R\$ 21,20	R\$ 1.696,00
16	CLIP NIQUELADO Nº 4 Clip para papel, nº 4, confeccionado em arame metálico niquelado, resistente à deformação e adequado para uso em rotinas administrativas. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 420 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos clips com oxidação precoce, deformação excessiva, acabamento irregular ou baixa pressão de fixação.	CAIXA	446584	80	R\$ 18,06	R\$ 1.444,80



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

17	CLIP NIQUELADO Nº 5 Clip para papel, nº 5, em aço niquelado de boa qualidade, firme e resistente, com acabamento uniforme. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: caixa com 220 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos clips com oxidação precoce, deformação excessiva, acabamento irregular ou baixa pressão de fixação.	CAIXA	456073	100	R\$ 7,73	R\$ 773,00
18	CLIP NIQUELADO Nº 6 Clip para papel, nº 6, em aço niquelado, com boa rigidez e capacidade de fixação para conjuntos maiores de documentos. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: caixa com 220 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos clips com oxidação precoce, deformação excessiva, acabamento irregular ou baixa pressão de fixação.	CAIXA	463051	100	R\$ 17,40	R\$ 1.740,00
19	CLIP NIQUELADO Nº 8 Clip para papel, nº 8, em aço niquelado, resistente, de boa pressão e acabamento anticorrosivo. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: caixa com 170 unidades. Marca de referência: Clips Top, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: idêntico ao item anterior.	CAIXA	463052	100	R\$ 22,89	R\$ 2.289,00
20	COLA BRANCA 40 G Cola branca líquida, base aquosa, não tóxica, indicada para colagem de papel, cartolina, papelão, madeira e outros materiais porosos compatíveis, com boa aderência, secagem adequada e consistência homogênea. Cada unidade deverá conter aproximadamente 40 g. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 12 unidades de 40 g cada. Marca de referência: Maxi, Tenaz ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas colas com separação de fases, odor excessivo, baixa aderência, secagem extremamente lenta ou bico aplicador defeituoso.	CAIXA	410632	100	R\$ 48,45	R\$ 4.845,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

21	<p>COLA BASTÃO</p> <p>Cola em bastão, não tóxica, indicada para colagem de papel, cartolina, fotos e materiais leves, de fácil aplicação, sem enrugar excessivamente o papel e sem deixar resíduos indesejados.</p> <p>Peso unitário compatível com padrão de mercado para uso institucional.</p> <p>Unidade de fornecimento: caixa.</p> <p>Embalagem: caixa com 10 unidades.</p> <p>Marca de referência: Faber-Castell, Pritt ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas colas de baixa aderência, excessivamente secas, com mecanismo de rotação defeituoso ou que descolem facilmente após aplicação.</p>	CAIXA	413063	100	R\$ 59,76	R\$ 5.976,00
22	<p>CORRETIVO LÍQUIDO 18 ML</p> <p>Corretivo líquido branco, secagem rápida, boa cobertura, aplicação uniforme, indicado para correção sobre papel, com frasco contendo aproximadamente 18 ml e pincel aplicador ou sistema equivalente.</p> <p>Unidade de fornecimento: caixa.</p> <p>Embalagem: caixa com 12 unidades de 18 ml cada.</p> <p>Marca de referência: Acrilex, Bic ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos corretivos com baixa cobertura, secagem excessivamente lenta, formação de película irregular, endurecimento precoce ou pincel inapto ao uso.</p>	CAIXA	464303	100	R\$ 56,12	R\$ 5.612,00
23	<p>COLCHETE Nº 11</p> <p>Colchete metálico nº 11, confeccionado em material resistente, com acabamento niquelado ou equivalente, indicado para fixação de papéis e documentos.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 72 unidades.</p> <p>Marca de referência: Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos colchetes com haste frágil, ferrugem, baixa maleabilidade útil ou pontas inadequadas.</p>	CAIXA	219159	200	R\$ 16,22	R\$ 3.244,00
24	<p>COLCHETE Nº 12</p> <p>Colchete metálico nº 12, com as mesmas características de resistência, acabamento e funcionalidade do item anterior.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 72 unidades.</p> <p>Marca de referência: Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p>	CAIXA	219167	200	R\$ 18,81	R\$ 3.762,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

25	COLCHETE Nº 13 Colchete metálico nº 13, resistente, com acabamento uniforme e adequado para arquivamento de documentos. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 72 unidades. Marca de referência: Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	219175	200	R\$ 16,73	R\$ 3.346,00
26	COLCHETE Nº 14 Colchete metálico nº 14, com padrão de resistência e acabamento adequado ao uso administrativo. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 72 unidades. Marca de Referência: Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	219183	200	R\$ 19,69	R\$ 3.938,00
27	COLCHETE Nº 15 Colchete metálico nº 15, confeccionado em material resistente, para organização de documentos. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 72 unidades. Marca de referência: Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	219191	200	R\$ 19,82	R\$ 3.964,00
28	ENVELOPE PARDO MÉDIO A4 Envelope pardo, confeccionado em papel kraft resistente, indicado para acondicionamento e envio de documentos tamanho A4, com boa gramatura, aba de fechamento e estrutura que ofereça proteção adequada aos documentos. Dimensões aproximadas: 229 mm x 324 mm (largura x altura), padrão compatível com folhas A4 (210 mm x 297 mm), permitindo o acondicionamento sem necessidade de dobra excessiva. O produto deverá possuir boa qualidade de acabamento, com colagem eficiente na aba de fechamento, resistência ao manuseio e capacidade de proteção dos documentos durante transporte e arquivamento. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Marca de referência: Scrity ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos envelopes de papel muito fino, com cola deficiente, medidas incompatíveis, baixa resistência ou acabamento precário.	Caixa	450410	60	R\$ 95,21	R\$ 5.712,60



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

29	<p>EXTRATOR DE GRAMPO Extrator de grampo tipo espátula ou garra, confeccionado em material resistente, preferencialmente com haste metálica ou pontas metálicas e pegador plástico reforçado, apropriado para remoção de grampos sem rasgar excessivamente o papel.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 10 unidades.</p> <p>Marca de referência: Jocar Office ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos extratores com pontas rombudas, baixa resistência, quebra fácil ou desempenho insuficiente.</p>	CAIXA	442371	100	R\$ 61,74	R\$ 6.174,00
30	<p>FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50 M, CAIXA COM 4 ROLOS Fita adesiva transparente, largura aproximada de 45 mm e comprimento aproximado de 50 metros por rolo, confeccionada em filme plástico apropriado, com adesivo de boa fixação, indicada para empacotamento, fechamento e uso geral em expediente. Deverá possuir boa transparência, resistência ao manuseio e aderência uniforme.</p> <p>Espessura mínima do filme: 40 micras ou equivalente técnico compatível com uso institucional. O adesivo deverá ser à base de resina e borracha ou acrílico de alta performance, garantindo fixação imediata e duradoura.</p> <p>Não serão aceitas fitas com baixa transparência, enrugamento, descolamento precoce ou ruptura durante aplicação.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 4 rolos.</p> <p>Marca de referência: Adelbras, 3M ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas fitas que rompam com facilidade, apresentem cola insuficiente, excesso de ruído com baixa resistência, descolem rapidamente ou venham com metragem inferior.</p>	CAIXA	397144	200	R\$ 42,03	R\$ 8.406,00
31	<p>FITA CREPE (50 mm x 50 m) Fita crepe, largura aproximada de 50 mm e comprimento aproximado de 50 metros por rolo, composta por papel crepado e adesivo de boa qualidade, indicada para fixação temporária, marcação, empacotamento leve e uso geral em ambiente administrativo. O produto deverá possuir boa conformabilidade, permitindo fácil aplicação em superfícies diversas, bem como remoção sem deixar excesso de resíduos ou causar danos, quando utilizado em condições normais. A fita deverá apresentar adesão</p>	PCT	279989	100	R\$ 45,06	R\$ 4.506,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>uniforme, não podendo descolar facilmente após aplicação, nem apresentar excesso de cola que dificulte a remoção ou danifique superfícies usuais.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 6 rolos.</p> <p>Marca de referência: Adelbras, 3M ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitas fitas com papel frágil, baixa aderência, descolamento precoce ou que se rompam durante a aplicação. O produto deverá possuir gramatura de papel crepado compatível com o uso institucional, garantindo resistência ao rasgo. O adesivo deverá assegurar fixação adequada e permitir remoção, em condições normais de uso, sem causar danos ou deixar resíduos excessivos em superfícies usuais.</p>					
32	<p>FITA DUPLA FACE</p> <p>Fita dupla face, largura aproximada de 12 mm e comprimento aproximado de 30 metros, com adesão em ambas as faces, indicada para fixação de papéis, cartazes, materiais leves e atividades de escritório.</p> <p>Deverá apresentar boa aderência, aplicação uniforme e resistência compatível com a finalidade.</p> <p>Espessura mínima do conjunto (suporte + adesivo): compatível com fixação de materiais leves, não sendo aceitos produtos excessivamente finos que comprometam a aderência.</p> <p>O adesivo deverá apresentar fixação uniforme em ambas as faces, com resistência adequada para uso em papel, cartolina e superfícies leves.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Rolo individual.</p> <p>Marca de referência: Adelbras, 3M ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas fitas com descolamento precoce, baixa aderência ou material-base excessivamente frágil.</p>	UNID	463227	300	R\$ 20,46	R\$ 6.138,00
33	<p>FITA GOMADA</p> <p>Fita gomada em papel kraft, largura aproximada de 48 mm e comprimento aproximado de 50 metros por rolo, indicada para fechamento de embalagens e caixas, com resistência adequada e boa aderência após ativação conforme sua natureza.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 36 rolos.</p> <p>Marca de referência: Adelbras ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitas fitas com papel de baixa resistência, goma ineficiente ou largura/comprimento inferiores ao especificado.</p> <p>Tipo: fita gomada ativada por água (goma vegetal ou sintética). O produto deverá apresentar ativação uniforme, com aderência eficaz após umedecimento, garantindo fechamento seguro de embalagens.</p>	CAIXA	351728	100	R\$ 198,33	R\$ 19.833,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Não serão aceitas fitas com baixa ativação, descolamento após secagem ou papel de baixa resistência.					
34	<p>GRAMPO PARA GRAMPEADOR (26/6)</p> <p>Grampo metálico modelo 26/6, confeccionado em arame de aço galvanizado ou niquelado, apropriado para grampeadores compatíveis, com boa afiação das pontas, resistência e capacidade de perfuração e fechamento sem enroscos frequentes.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa contendo no mínimo 5.000 (cinco mil) grampos, organizados em pentes, cartuchos ou tiras, conforme padrão do fabricante.</p> <p>Marca de Referência: Jocar Office, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de Qualidade: Não serão aceitos grampos deformados, com baixa capacidade de penetração, oxidação precoce ou incompatibilidade com grampeadores padrão.</p>	CAIXA	231300	100	R\$ 20,54	R\$ 2.054,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

35	<p>GRAMPO PARA GRAMPEADOR (23/6)</p> <p>Grampo metálico modelo 23/6, confeccionado em arame de aço galvanizado ou niquelado, indicado para grampeadores compatíveis com esse padrão, com pontas afiadas e alinhadas, proporcionando bom desempenho em atividades administrativas.</p> <p>O produto deverá apresentar boa capacidade de perfuração e fechamento, sem enrosocos frequentes ou deformações durante o uso normal, bem como possuir tratamento anticorrosivo que garanta resistência à oxidação.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa contendo no mínimo 1.000 (mil) grampos, organizados em pentes, cartuchos ou tiras, conforme padrão do fabricante..</p> <p>Marca de referência: Jocar Office, Bacchi ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: idêntico ao item anterior.</p>	CAIXA	216082	100	R\$ 10,25	R\$ 1.025,00
36	<p>GRAMPEADOR DE MESA MÉDIO</p> <p>Grampeador de mesa de porte médio, para uso em escritório, com estrutura em metal, plástico reforçado ou combinação de materiais de boa resistência, proporcionando durabilidade e estabilidade durante o uso. Deverá possuir base estável, mecanismo de alimentação eficiente e sistema de acionamento suave, permitindo grampeamento uniforme sem emperramento frequente. Capacidade mínima aproximada para grampear entre 20 (vinte) e 30 (trinta) folhas de papel 75 g/m², conforme especificação do fabricante.</p> <p>O equipamento deverá ser compatível com grampos 26/6 ou padrão equivalente, amplamente disponível no mercado.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade.</p> <p>Embalagem: unidade individual.</p> <p>Marca de referência: Masterprint, Jocar Office ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos grampeadores com mola fraca, desalinhamento, emperramento frequente, base instável ou baixa resistência.</p> <p>O equipamento deverá possuir estrutura interna metálica, sendo vedados modelos confeccionados exclusivamente em plástico.</p> <p>Deverá apresentar sistema de mola resistente, com vida útil prolongada, garantindo uso contínuo sem falhas. A base deverá possuir revestimento antiderrapante.</p>	UND	231276	60	R\$ 40,19	R\$ 2.411,40
37	<p>GRAMPEADOR DE MESA GRANDE</p> <p>Grampeador de mesa de grande porte, indicado para uso intenso em ambiente administrativo, com estrutura</p>	UND	310235	50	R\$ 96,82	R\$ 4.841,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>robusta em metal, plástico reforçado ou combinação de materiais de alta resistência, garantindo durabilidade e estabilidade durante o uso contínuo. Deverá possuir base firme e antiderrapante, mecanismo de alimentação reforçado e sistema de acionamento eficiente, permitindo grampeamento uniforme, sem emperramento frequente. Capacidade mínima aproximada para grampear até 100 (cem) folhas de papel 75 g/m², conforme especificação do fabricante.</p> <p>O equipamento deverá ser compatível com grampos de maior capacidade (ex.: série 23/8, 23/10, 23/13 ou equivalentes), amplamente disponíveis no mercado, devendo essa compatibilidade ser informada pelo fabricante.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade individual.</p> <p>Marca de referência: Jocar Office, Masterprint ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitos grampeadores que apresentem: baixa robustez estrutural; instabilidade durante o uso; falhas de perfuração; fechamento inadequado do grampo; emperramento frequente ou desempenho incompatível com uso intenso em ambiente administrativo.</p>					
38	<p>LÁPIS PRETO</p> <p>Lápis preto grafite, com corpo em madeira de reflorestamento certificada ou material equivalente de boa qualidade, de fácil apontamento e sem lascamento. Deverá possuir grafite centralizado e resistente à quebra, proporcionando escrita macia, uniforme e contínua, preferencialmente na graduação HB ou equivalente. Não serão aceitos lápis com falhas estruturais, desalinhamento do grafite, baixa resistência ou desempenho insatisfatório no apontamento. O produto deverá apresentar acabamento adequado, com superfície regular e boa qualidade construtiva, sendo indicado para uso escolar e administrativo.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 144 unidades.</p> <p>Marca de referência: Faber-Castell ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não sendo aceitos lápis com grafite excessivamente duro ou excessivamente macio fora do padrão HB, madeira de baixa qualidade, acabamento grosseiro ou dificuldade de apontamento.</p>	CAIXA	231284	100	R\$ 157,66	R\$ 15.766,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

39	<p>LIVRO DE REGISTRO DE ATA Livro de atas, contendo 100 folhas, preferencialmente numeradas, papel de boa gramatura, capa resistente, acabamento apropriado ao uso formal e contínuo em registros administrativos. Formato compatível com padrão comercial para livro de atas. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade Marca de referência: Tilibra ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos livros com folhas muito finas, impressão deficiente, encadernação frágil ou capa de baixa resistência.</p>	UNID	339284	40	R\$ 30,38	R\$ 1.215,20
40	<p>LIGA ELÁSTICA Liga elástica confeccionada em borracha natural ou material equivalente de boa qualidade, com elasticidade e resistência adequadas para agrupamento de papéis, processos e pequenos volumes, sem apresentar ressecamento precoce ou perda de elasticidade durante o uso. O produto deverá possuir boa capacidade de tração e retorno, não podendo romper facilmente quando submetido ao uso normal em ambiente administrativo. Unidade de fornecimento: Pacote. Embalagem: Pacote contendo no mínimo 100 (cem) unidades, podendo variar conforme padrão do fabricante. Marca de referência: Mercur ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Não serão aceitas ligas quebradiças, ressecadas, com baixa elasticidade ou espessura muito inferior ao padrão de uso administrativo.</p>	PCT	231310	100	R\$ 11,79	R\$ 1.179,00
41	<p>MARCA-TEXTO AMARELO Marcador de texto na cor amarela, com ponta chanfrada ou equivalente, tinta de secagem rápida, boa visibilidade, sem excesso de borrão e sem atravessar excessivamente o papel comum. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 12 unidades. Marca de referência: Faber-Castell, Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos marcadores com tinta fraca, ponta que desfie rapidamente, vazamento ou ressecamento precoce.</p>	CAIXA	295478	100	R\$ 30,33	R\$ 3.033,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

42	MARCA-TEXTO VERDE Marcador de texto na cor verde, com as mesmas características de desempenho, durabilidade e acabamento do item anterior. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 12 unidades. Marca de referência: Faber-Castell, Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	295478	50	R\$ 41,00	R\$ 2.050,00
43	MARCA-TEXTO LARANJA Marcador de texto na cor laranja, com boa intensidade de cor, ponta resistente e desempenho uniforme. Unidade de fornecimento: caixa. Embalagem: caixa com 12 unidades. Marca de referência: Faber-Castell, Masterprint, Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	295478	50	R\$ 43,80	R\$ 2.190,00
44	PASTA SUSPensa EM CARTÃO COM GRAMPO PLÁSTICO Pasta suspensa confeccionada em cartão resistente, indicada para arquivamento de documentos em gavetas ou arquivos suspensos, com hastes, visores e grampos plásticos ou componentes equivalentes, compatível com documentos tamanho A4/ofício. Deverá apresentar boa resistência ao manuseio e ao peso dos documentos arquivados. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 50 unidades. Marca de referência: Dello ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas pastas com cartão muito fino, hastes frágeis, grampo ineficiente ou baixa resistência estrutural.	CAIXA	285370	50	R\$ 152,51	R\$ 7.625,50
45	PASTA TRANSPARENTE TIPO L Pasta plástica transparente tipo L, compatível com documentos tamanho A4 (210 mm x 297 mm) , confeccionada em polipropileno (PP) ou material plástico equivalente de boa resistência e transparência. Deverá possuir abertura lateral e superior (ou padrão usual do modelo), permitindo fácil inserção e retirada dos documentos. Espessura mínima aproximada de 0,10 mm (100 micras) ou equivalente, garantindo proteção adequada contra rasgos e deformações. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 100 unidades. Marca de referência: ACP, Dello ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas pastas excessivamente finas, com baixa transparência, solda lateral frágil ou rasgo fácil.	CAIXA	359549	50	R\$ 88,21	R\$ 4.410,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

46	PASTA CATÁLOGO Pasta catálogo para documentos, compatível com folhas tamanho A4 , confeccionada em material resistente (papelão revestido, polipropileno ou equivalente), indicada para arquivamento, organização e apresentação de documentos. Deverá possuir envelopes plásticos internos fixados , com espessura adequada e boa transparência, permitindo visualização dos documentos. Capacidade de 100 (cem) envelopes plásticos , conforme padrão de mercado. Poderá possuir sistema de fixação interna por ferragem, trilho ou mecanismo equivalente. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 10 unidades . Marca de referência: ACP, Dello, MP ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas pastas com capa deformável em excesso, soldas frágeis, ferragem interna defeituosa ou plásticos internos de baixa durabilidade.	CAIXA	622232	30	R\$ 61,89	R\$ 1.856,70
47	PAPEL A4 Papel sulfite branco, formato A4 (210 mm x 297 mm) , com gramatura mínima de 75 g/m² , alcalino ou padrão equivalente de boa qualidade, com alta alvura, boa opacidade, corte uniforme e superfície adequada para impressão e cópia em equipamentos jato de tinta, laser e copiadoras. O papel deverá apresentar bom desempenho em uso institucional contínuo , não podendo ocasionar atolamentos frequentes, acúmulo excessivo de pó, falhas de alimentação ou baixa qualidade de impressão. Deverá atender, quando aplicável, a padrões de qualidade reconhecidos, tais como ISO, ABNT ou equivalentes , garantindo uniformidade e confiabilidade no uso. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 10 resmas, contendo 500 folhas por resma. Marca de referência: Chamex, Report, Suzano ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos papéis com baixa opacidade, umidade excessiva, folhas mal cortadas, emperramento recorrente em impressoras/copiadoras ou gramatura inferior à exigida.	CAIXA	200017	400	R\$ 303,28	R\$ 121.312,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

48	<p>PAPEL FOTOGRÁFICO A4</p> <p>Papel fotográfico branco, formato A4, gramatura mínima de 180 g/m², preferencialmente 200 g/m² ou superior, indicado para impressão de imagens de alta resolução, com acabamento brilhante, fosco ou similar, desde que mantido o padrão de qualidade visual e de absorção de tinta.</p> <p>Deverá ser compatível com impressoras indicadas pelo fabricante e proporcionar boa definição de imagem, secagem adequada e acabamento uniforme.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote.</p> <p>Embalagem: Pacote com 100 folhas.</p> <p>Marca de referência: Masterprint, Off Paper ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos papéis com absorção inadequada, manchas, empenamento excessivo, baixa resolução final ou gramatura inferior.</p>	PACOTE	263810	100	R\$ 38,13	R\$ 3.813,00
49	<p>PAPEL ADESIVO ETIQUETA A4</p> <p>Papel adesivo para impressão de etiquetas, no formato A4 (210 mm x 297 mm), confeccionado em papel branco de alta qualidade, com superfície lisa, uniforme e adequada para impressão nítida e sem borramento.</p> <p>O produto deverá ser compatível com impressoras jato de tinta e/ou laser, conforme especificação do fabricante, não podendo causar atolamentos frequentes, enrugamento do papel ou falhas no processo de impressão.</p> <p>Deverá possuir adesivo de boa qualidade, com fixação eficiente em superfícies diversas, tais como papel, plástico, vidro, metal e similares, garantindo aderência firme após aplicação, sem descolamento espontâneo em condições normais de uso.</p> <p>O papel deverá apresentar corte regular e preciso, permitindo fácil destacamento da base protetora (liner), sem rasgos, deformações ou dificuldades no manuseio.</p> <p>Gramatura mínima: 120 g/m² (ou equivalente técnico que assegure resistência, qualidade de impressão e estabilidade durante o uso).</p> <p>O liner (papel de proteção) deverá possuir espessura adequada para evitar ondulação, enrugamento ou alimentação irregular na impressora.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 25 (vinte e cinco) folhas/10 etiquetas por folha.</p> <p>Marca de referência: Pimaco, Colaril ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitos papéis com baixa aderência, descolamento espontâneo, atolamento frequente em impressoras, dificuldade de destacamento da base, corte irregular, baixa qualidade de impressão, borramento de tinta, transparência excessiva, enrugamento durante a impressão ou qualquer característica que comprometa sua utilização em ambiente administrativo.</p>	PACOTE	324453	100	R\$ 58,75	R\$ 5.875,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

50	PERFURADOR DE PAPEL Perfurador de papel para escritório, estrutura metálica ou metálica com componentes plásticos reforçados, base antiderrapante, reservatório coletor de resíduos ou sistema equivalente, com capacidade mínima para perfuração de 20 folhas de papel 75 g/m². Deverá realizar furação regular, alinhada e sem travamentos frequentes. Unidade de fornecimento: Unidade. Embalagem: Unidade individual. Marca de referência: Cis ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos perfuradores com desalinhamento, baixa precisão de perfuração, material frágil ou baixa durabilidade mecânica.	UND	445494	200	R\$ 34,35	R\$ 6.870,00
51	PINCEL MARCADOR PERMANENTE Marcador permanente, corpo em material plástico resistente, com tinta de alta fixação, apropriada para escrita em superfícies compatíveis como papel, plástico, vidro, metal, papelão e similares, com ponta resistente (tipo média ou equivalente) e traço uniforme. Deverá apresentar secagem adequada, boa durabilidade e resistência ao desbotamento durante o uso normal. Quando houver variedade de cores, a cor poderá ser definida no momento do fornecimento ou conforme necessidade administrativa. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 12 unidades. Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos marcadores com ressecamento precoce, vazamento, ponta deformável em excesso ou tinta de baixa fixação.	CAIXA	231288	80	R\$ 66,38	R\$ 5.310,40



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

52	<p>PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR AZUL</p> <p>Marcador para quadro branco na cor azul, com ponta resistente, corpo anatômico ou padrão similar, tinta de secagem adequada e fácil remoção a seco, sem deixar manchas excessivas no quadro.</p> <p>Se houver sistema de abastecimento/reabastecimento integrado ou compatibilidade com refil, isso será aceito desde que não comprometa o desempenho.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades.</p> <p>Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitos marcadores com escrita fraca, falhas de tinta, remoção difícil ou ponta de baixa durabilidade.</p>	CAIXA	409978	70	R\$ 129,35	R\$ 9.054,50
53	<p>PINCEL PARA QUADRO BRANCO COR PRETA</p> <p>Marcador para quadro branco na cor preta, com ponta resistente, corpo anatômico ou padrão similar, tinta de secagem adequada e fácil remoção a seco, sem deixar manchas excessivas no quadro. Se houver sistema de abastecimento/reabastecimento integrado ou compatibilidade com refil, isso será aceito desde que não comprometa o desempenho.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades.</p> <p>Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p>	Caixa	409980	100	R\$ 148,71	R\$ 14.871,00
54	<p>PORTA-CANETA EM ACRÍLICO</p> <p>Porta-caneta para organização de materiais de escritório, confeccionado em acrílico de alta qualidade, com acabamento uniforme, superfície lisa e transparente na cor fumê, adequado para uso em ambiente administrativo.</p> <p>O produto deverá possuir estrutura rígida e resistente, não podendo apresentar trincas, fissuras, bolhas, rebarbas ou deformações, garantindo durabilidade e estabilidade durante o uso contínuo.</p> <p>Dimensões aproximadas: Largura: 50 mm , Altura: 75 mm e Profundidade: compatível com padrão de mercado (aproximadamente 50 mm), admitindo variações que não comprometam a funcionalidade do produto.</p> <p>O porta-caneta deverá permitir o armazenamento organizado de canetas, lápis, marcadores e outros pequenos objetos de escritório, mantendo estabilidade sobre superfícies planas, sem tombamento fácil quando em uso normal.</p> <p>As bordas deverão ser arredondadas ou devidamente acabadas, evitando riscos ao usuário.</p> <p>Cor: Fumê (translúcido escuro)</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Unidade individual</p>	UND	234358	150	R\$ 15,70	R\$ 2.355,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Marca de referência: Acrimet, Dello ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de Qualidade: Não serão aceitos produtos confeccionados com acrílico de baixa qualidade, material frágil, acabamento irregular, presença de trincas, bolhas, rebarbas, baixa estabilidade, deformações ou qualquer característica que comprometa sua durabilidade, segurança e utilização em ambiente administrativo.					
55	CAIXA DE CORRESPONDÊNCIA SIMPLES EM ACRÍLICO Caixa de correspondência tipo simples (01 bandeja), confeccionada em acrílico de boa qualidade, na cor incolor ou fumê, destinada à organização de documentos em ambiente administrativo. Deverá possuir estrutura fixa, resistente e estável, com acabamento uniforme, sem rebarbas ou deformações, adequada para armazenamento de documentos tamanho A4, sem necessidade de dobra. Dimensões aproximadas compatíveis com padrão A4, admitindo variações de mercado que não comprometam a funcionalidade. Unidade de fornecimento: unidade. Embalagem: Unidade Individual Marca de referência: Dello, Acrimet ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Não serão aceitos produtos com material frágil, baixa resistência, instabilidade, acabamento irregular ou qualquer característica que comprometa sua durabilidade e uso contínuo.	UND	235282	100	R\$ 55,95	R\$ 5.595,00
56	PRANCHETA EM ACRÍLICO Prancheta rígida, preferencialmente em acrílico transparente ou material equivalente de boa resistência, compatível com folhas tamanho A4, com presilha metálica ou mecanismo firme para fixação de papéis. Deverá possuir acabamento seguro, sem rebarbas cortantes. Unidade de fornecimento: unidade. Embalagem: unidade. Marca de referência: Dello ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas pranchetas com presilha frágil, material muito flexível, rachaduras, acabamento ruim ou dimensão incompatível.	UND	231316	200	R\$ 15,72	R\$ 3.144,00
57	REABASTECEDOR PARA PINCEL ATÔMICO/QUADRO BRANCO, COR AZUL Tinta ou refil reabastecedor para marcador, na cor azul, indicado para reposição de tinta em pincéis atômicos ou marcadores de quadro branco compatíveis, conforme especificação do fabricante. Deverá apresentar boa intensidade de cor, secagem adequada, rendimento satisfatório e desempenho uniforme , garantindo escrita contínua e fácil remoção a seco quando aplicado em	CAIXA	392220	100	R\$ 95,83	R\$ 9.583,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	quadros brancos. O produto deverá ser fornecido em frasco ou refil apropriado , com sistema que permita aplicação segura e eficiente, sem vazamentos ou desperdícios, devendo ser compatível com o tipo de marcador ao qual se destina. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: caixa com 12 unidades. Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitos reabastecedores com tinta muito rala, baixo rendimento, incompatibilidade de uso ou vazamento.					
58	REABASTECEDOR PARA PINCEL ATÔMICO/QUADRO BRANCO, COR PRETO Tinta ou refil reabastecedor para marcador, na cor preto, indicado para reposição de tinta em pincéis atômicos ou marcadores de quadro branco compatíveis, conforme especificação do fabricante. Deverá apresentar boa intensidade de cor, secagem adequada, rendimento satisfatório e desempenho uniforme , garantindo escrita contínua e fácil remoção a seco quando aplicado em quadros brancos. O produto deverá ser fornecido em frasco ou refil apropriado , com sistema que permita aplicação segura e eficiente, sem vazamentos ou desperdícios, devendo ser compatível com o tipo de marcador ao qual se destina. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: caixa com 12 unidades. Marca de referência: Pilot ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: idêntico ao item anterior.	CAIXA	392221	100	R\$ 104,73	R\$ 10.473,00
59	RÉGUA PLÁSTICA 30 CM CRISTAL Régua de 30 cm, confeccionada em plástico transparente tipo cristal ou material equivalente, com marcações legíveis e precisas em centímetros e milímetros, bordas regulares, boa resistência ao uso e acabamento adequado, sem rebarbas cortantes. Unidade de fornecimento: Unidade. Embalagem: Unidade. Marca de referência: Waleu ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Não serão aceitas réguas que apresentem marcações imprecisas ou ilegíveis, desalinhamento na escala de medição, material frágil, excessivamente flexível ou quebradiço, presença de rebarbas ou acabamento inadequado que possa causar risco ao usuário, baixa transparência quando aplicável ou deformações que comprometam a precisão da medição, devendo o produto garantir adequada precisão, resistência e segurança para uso administrativo contínuo.	UND	231312	50	R\$ 9,80	R\$ 490,00
60	TESOURA MULTIUSO GRANDE, EM AÇO INOX	UND	231314	200	R\$ 21,24	R\$ 4.248,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Tesoura multiuso de tamanho grande, com lâminas em aço inoxidável, afiadas, resistentes à corrosão, com cabo anatômico em plástico reforçado ou material equivalente, indicada para corte de papel, cartolina, plástico fino e materiais leves de escritório.</p> <p>Deverá realizar corte preciso, contínuo e confortável, sem folga excessiva entre as lâminas.</p> <p>Unidade de fornecimento: unidade.</p> <p>Embalagem: unidade individual.</p> <p>Marca de referência: BRW, Mundial ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitas tesouras com lâminas desalinhadas, cabo frágil, corte impreciso ou abertura/fechamento com travamento inadequado.</p>					
61	<p>PASTA COM ELÁSTICO</p> <p>Pasta para documentos com fechamento por elástico, confeccionada em papel cartão plastificado, polipropileno (PP), plástico resistente ou material equivalente, indicada para acondicionamento, organização e transporte de documentos.</p> <p>Compatível com formato A4 (210 mm x 297 mm), devendo possuir dimensões aproximadas que permitam acomodação dos documentos sem dobras excessivas. Deverá possuir abas internas e elástico resistente com boa fixação, garantindo fechamento seguro e proteção dos documentos durante o manuseio. O produto deverá apresentar boa resistência estrutural, não podendo deformar facilmente durante o uso normal.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: Caixa com 10 unidades.</p> <p>Marca de referência: Polibras, Dello ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: não serão aceitas pastas com elástico frouxo, aba de baixa resistência, material muito fino ou dimensões incompatíveis.</p>	CAIXA	444315	100	R\$ 65,29	R\$ 6.529,00
62	<p>PASTA AZ LOMBO LARGO</p> <p>Pasta registradora tipo AZ, lombo largo, confeccionada em papelão rígido revestido, cartão plastificado, polipropileno ou material equivalente de alta resistência, indicada para arquivamento de documentos em ambiente administrativo. Deverá possuir ferragem interna metálica (niquelada ou galvanizada), resistente e de acionamento eficiente; visor na lombada com identificação substituível; mecanismo de abertura e fechamento firme, permitindo fixação segura dos documentos. Compatível com folhas tamanho A4 e ofício, com lombo largo de aproximadamente 70 mm a 80 mm, adequado para grande volume documental. O produto deverá apresentar alta</p>	CAIXA	405906	50	R\$ 326,67	R\$ 16.333,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	resistência estrutural, suportando uso contínuo sem deformações. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 10 unidades. Marca de referência: Dello, Frama ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: não serão aceitas pastas com ferragem frágil, revestimento que descole facilmente, lombo deformável ou fecho ineficiente.					
63	PILHA ALCALINA AA Pilha alcalina, não recarregável, tamanho AA, com tensão nominal de 1,5V, indicada para uso em equipamentos eletrônicos de baixo e médio consumo, como controles remotos, calculadoras, mouses, teclados, entre outros. O produto deverá apresentar desempenho estável e baixa taxa de descarga durante o armazenamento, com durabilidade compatível com o uso institucional, não podendo apresentar vazamento, oxidação ou falhas prematuras. Unidade de fornecimento: Cartela. Embalagem: Cartela contendo no mínimo 2 (duas) unidades, admitindo-se apresentação com 4 (quatro) unidades ou superior, desde que mantida a equivalência quantitativa em relação às quantidades efetivamente solicitadas pela Administração. Marca de referência: Elgin, Duracell ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: o produto deverá atender aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, bem como ser certificado pelo INMETRO ou por organismo por ele acreditado. Não serão aceitas pilhas sinais de vazamento, baixa durabilidade ou desempenho inferior ao esperado para uso contínuo em ambiente administrativo. Validade mínima das pilhas: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega.	CARTELA	150661	100	R\$ 15,28	R\$ 1.528,00
64	PILHA ALCALINA AAA Pilha alcalina, não recarregável, tamanho AAA, com tensão nominal de 1,5V, indicada para uso em equipamentos eletrônicos de baixo e médio consumo, como controles remotos, mouses, teclados, lanternas e dispositivos similares. O produto deverá apresentar desempenho estável, boa durabilidade e baixa taxa de descarga durante o armazenamento, não podendo apresentar vazamentos, oxidação ou falhas prematuras durante o uso. Validade mínima: 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega. Unidade de fornecimento: Cartela. Embalagem: Cartela contendo no mínimo 2 (duas) unidades, admitindo-se apresentação com 4 (quatro)	CARTELA	150662	100	R\$ 17,72	R\$ 1.772,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>unidades ou superior, desde que mantida a equivalência quantitativa em relação às quantidades efetivamente solicitadas pela Administração.</p> <p>Marca de referência: Elgin, Duracell ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá atender aos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008, bem como possuir certificação do INMETRO ou de organismo por ele acreditado. Não serão aceitas pilhas com prazo de validade inferior ao estabelecido, sinais de vazamento, oxidação, descarregamento precoce, baixa durabilidade ou desempenho inferior ao esperado para uso contínuo em ambiente administrativo.</p>					
VALOR GLOBAL REFERENCIAL(R\$)						R\$ 444.626,10

LOTE 2 - MATERIAL DE LIMPEZA E APOIO ADMINISTRATIVO

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
1	<p>ÁGUA SANITÁRIA</p> <p>Produto saneante destinado à desinfecção de superfícies, remoção de manchas e higienização geral, à base de hipoclorito de sódio.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa contendo 12 unidades de 1 litro cada.</p> <p>Marca de referência: Clorito ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: A água sanitária de qualidade deve conter entre 2,0% e 2,5% p/p de cloro ativo (hipoclorito de sódio). O produto precisa ser um líquido límpido, incolor a levemente amarelado, com odor característico de cloro. Deve possuir registro na ANVISA e PH alcalino (geralmente entre 11,5 e 13,5) para garantir estabilidade.</p>	CAIXA	226695	200	R\$ 56,67	R\$ 11.334,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

2	<p>ANTIMOFO / DESUMIDIFICADOR DE AMBIENTE – 180 G</p> <p>Produto desumidificador de ambiente (antimofo), destinado ao controle de umidade relativa e prevenção da proliferação de fungos (mofo e bolor), tais como armários, gavetas, arquivos e salas administrativas. O produto deverá atuar por meio de agente higroscópico (cloreto de cálcio ou equivalente), promovendo a redução da umidade do ambiente. Deverá ser acondicionado em recipiente plástico com sistema de retenção de líquidos, evitando vazamentos durante o uso.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 24 unidades de recipiente contendo aproximadamente 180 g cada.</p> <p>Marca de referência: Inspira, Sanol, Secar, Ordene ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar eficiência na absorção de umidade, não sendo aceitos itens com baixa capacidade de retenção, vazamentos ou desempenho insatisfatório no controle de mofo e odores.</p>	CAIXA	391358	20	R\$ 151,52	R\$ 3.030,40
3	<p>ÁLCOOL EM GEL 70% PARA SUPERFÍCIES</p> <p>Produto destinado à desinfecção de superfícies fixas, com ação bactericida eficaz na eliminação de microrganismos, proporcionando higienização rápida e prática.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades de 500 g cada.</p> <p>Marca de referência: Coperalcool ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir teor alcoólico mínimo de 70%, apresentar consistência em gel homogêneo, secagem rápida, não deixar resíduos pegajosos, possuir registro ou regularização na ANVISA.</p>	CAIXA	429225	100	R\$ 157,34	R\$ 15.734,00
4	<p>ÁLCOOL EM GEL 70% PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS</p> <p>Produto indicado para higienização das mãos, com ação antisséptica eficaz contra germes e bactérias, dispensando o uso de água.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades de 400 g cada.</p> <p>Marca de referência: Coperalcool ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir formulação que permita uso frequente sem causar irritação cutânea, conforme normas da ANVISA.</p>	CAIXA	269943	100	R\$ 158,62	R\$ 15.862,00
5	<p>ÁLCOOL LÍQUIDO</p> <p>Produto utilizado para desinfecção de superfícies e objetos, com alto poder bactericida e ação rápida na higienização.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p>	CAIXA	277541	200	R\$ 216,54	R\$ 43.308,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Embalagem: Caixa com 12 unidades de 1 litro cada. Marca de referência: Coperalcool ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve possuir concentração alcoólica de 70%, ser límpido, incolor, de evaporação rápida, sem resíduos, com registro ou regularização na ANVISA.					
6	ÁCIDO MURIÁTICO Produto químico destinado à limpeza pesada, especialmente para remoção de incrustações, resíduos minerais, ferrugens e sujeiras impregnadas, à base de ácido clorídrico (ácido muriático) . Deverá apresentar concentração adequada para uso em limpeza , com eficiência comprovada na remoção de sujeiras difíceis, sendo indicado para uso em ambientes institucionais. O produto deverá ser acondicionado em embalagem plástica resistente, vedada e segura , contendo rótulo com identificação do fabricante, composição, instruções de uso, advertências e informações de segurança, conforme legislação vigente. Unidade de fornecimento: Caixa Embalagem: Caixa com 12 unidades de 1 litro. Marca de referência: Nutrilar ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve possuir concentração adequada, eficiência na limpeza e embalagem segura. O produto deverá atender às normas de segurança química, contendo rotulagem conforme ABNT e FISPQ disponibilizada pelo fabricante.	CAIXA	368775	40	R\$ 133,33	R\$ 5.333,20
7	BALDE DE PLÁSTICO 20 LITROS Balde plástico com capacidade nominal de 20 litros, confeccionado em polipropileno (PP) ou polietileno (PE), com alça reforçada e resistência a impactos e produtos químicos. Cor: Conforme disponibilidade do fabricante ou necessidade da Administração. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade individual Marca de referência: Mop ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve ser fabricado em plástico resistente, com capacidade de 20 litros, possuir alça reforçada, base estável, resistência a impactos e produtos químicos, garantindo durabilidade e segurança no uso.	UND	267002	150	R\$ 24,38	R\$ 3.657,00
8	BALDE DE PLÁSTICO 10 LITROS Balde plástico destinado ao armazenamento e transporte de líquidos, bem como ao apoio em atividades de limpeza, com capacidade nominal de 10 litros , confeccionado em polipropileno (PP) ou	UND	226700	150	R\$ 23,63	R\$ 3.544,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>polietileno (PE), ou material equivalente de qualidade igual ou superior.</p> <p>O produto deverá possuir estrutura resistente e leve, com paredes adequadas à sua capacidade, alça reforçada (plástica ou metálica), garantindo segurança no manuseio e transporte.</p> <p>Deverá apresentar resistência a impactos e a produtos químicos de uso comum em limpeza, não podendo apresentar deformações, fissuras ou falhas estruturais durante o uso contínuo.</p> <p>Superfície lisa ou levemente texturizada, de fácil higienização.</p> <p>Cor: Conforme disponibilidade do fabricante ou necessidade da Administração.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: unidade individual.</p> <p>Marca de referência: Vonder ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser produzido em plástico resistente, com capacidade de 10 litros, leve, com alça reforçada, resistente a impactos e produtos químicos.</p>					
9	<p>CESTO DE LIXO 10 LITROS</p> <p>Cesto de lixo sem tampa, destinado ao descarte de resíduos em ambientes internos, com capacidade de 10 litros, confeccionado em polipropileno (PP) ou polietileno (PE), ou material equivalente de qualidade igual ou superior.</p> <p>O produto deverá apresentar estrutura resistente, leve e estável, com acabamento uniforme, isento de rebarbas, fissuras ou deformações, sendo adequado ao uso contínuo em ambiente institucional.</p> <p>Deverá possuir superfície lisa ou levemente texturizada, de fácil higienização.</p> <p>Cor: preta, cinza ou conforme necessidade da Administração.</p> <p>Formato: cilíndrico, quadrado ou retangular.</p> <p>Conceito do produto: Recipiente destinado ao descarte de resíduos, adequado para ambientes internos de pequeno porte.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade individual.</p> <p>Marca de referência: JSN ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser confeccionado em plástico resistente, leve, de fácil higienização, com boa durabilidade, acabamento adequado e resistência ao uso contínuo.</p>	UND	302019	150	R\$ 18,80	R\$ 2.820,00
10	<p>CESTO DE LIXO 50 LITROS</p> <p>Cesto de lixo com capacidade de 50 litros, confeccionado em polipropileno (PP) ou polietileno de alta densidade (PEAD), com tampa acionada por pedal e resistência a impactos.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p>	UND	440825	100	R\$ 223,00	R\$ 22.300,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Embalagem: Unidade individual, com capacidade de 50 litros com tampa acionada por pedal.</p> <p>Marca de referência: Bralimpia ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser confeccionada em material resistente, possuir boa durabilidade, fácil higienização, tampa funcional, estabilidade e acabamento adequado.</p>					
11	<p>CERA LIQUIDA INCOLOR PARA PISO</p> <p>Cera líquida incolor destinada à conservação, proteção e brilho de pisos, formando película protetora sem alterar a cor original da superfície.</p> <p>O produto deverá apresentar boa espalhabilidade, secagem rápida e fácil aplicação, sendo adequado ao uso contínuo em ambientes institucionais.</p> <p>Deverá proporcionar brilho duradouro, com formação de camada protetora resistente ao tráfego, contribuindo para a conservação do piso e proteção contra riscos e sujeiras.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa com 12 unidades.</p> <p>Embalagem: Frascos de 500 ml cada, acondicionados em caixa com 12 unidades.</p> <p>Marca de referência: Brilho Fácil, Nutrilar, Audax, Start ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve proporcionar brilho duradouro, secagem rápida, fácil aplicação, não alterar a cor do piso, formar película protetora contra riscos e sujeiras e apresentar boa resistência ao tráfego.</p>	CAIXA	226689	30	R\$ 160,94	R\$ 4.828,20
12	<p>DESINFETANTE CONCENTRADO 2L – USO INSTITUCIONAL</p> <p>Desinfetante concentrado de 2 litros cada destinado à limpeza e desinfecção de pisos e superfícies, com ação bactericida, indicado para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá possuir alto rendimento, mantendo eficácia na remoção de sujeiras, eliminação de odores e higienização de ambientes.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Fragrância compatível com uso institucional, não irritante e de baixa volatilidade</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades, contendo frascos de 2 litros cada.</p> <p>Marca de referência: Uau, Audax, Start ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir fórmula concentrada, alto rendimento, ação bactericida comprovada, fragrância compatível com uso institucional, não irritante e de baixa volatilidade, registro na ANVISA e eficácia na remoção de sujeiras e odores.</p>	CAIXA	420084	100	R\$ 115,07	R\$ 11.507,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

13	<p>DESINFETANTE PROFISSIONAL CONCENTRADO – 5 LITROS (USO INTENSIVO – BANHEIROS)</p> <p>Desinfetante concentrado de uso profissional, destinado à limpeza e desinfecção de pisos, superfícies e sanitários, especialmente indicado para ambientes com alta carga de sujeira e odores intensos, como banheiros de uso coletivo.</p> <p>O produto deverá possuir ação bactericida comprovada, com eficácia na eliminação de microrganismos e neutralização de odores provenientes de matéria orgânica, incluindo urina.</p> <p>Deverá permitir diluição em água conforme recomendação do fabricante, mantendo alto rendimento e eficiência mesmo em ambientes de uso intenso.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Galão com 5 litros.</p> <p>Marca de referência: Audax (linha profissional, Spartan, Becker ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior).</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá possuir alto poder de desinfecção e controle de odores, não sendo aceitos itens com baixa concentração especialmente em sanitários de uso coletivo.</p>	UND	381409	60	R\$ 63,82	R\$ 3.829,20
14	<p>DESODORIZADOR SANITÁRIO EM PEDRA</p> <p>Desodorizador sanitário em pedra destinado à higienização, perfumação e auxílio na conservação de vasos sanitários, contribuindo para a manutenção de ambiente limpo e agradável.</p> <p>O produto deverá possuir ação desodorizante contínua, com liberação gradual de fragrância, auxiliando na redução de odores.</p> <p>Deverá ser acondicionado em suporte adequado para fixação no vaso sanitário, garantindo praticidade e segurança no uso.</p> <p>Deverá apresentar boa durabilidade, não se dissolvendo de forma excessivamente rápida.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 48 unidades de 25g cada.</p> <p>Marca de referência: Sanol, Sany Mix, Start, Harpic ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir ação desodorizante eficiente, dissolução gradual, fragrância duradoura, boa fixação no suporte e eficácia na eliminação de odores.</p>	CAIXA	484680	80	R\$ 94,50	R\$ 7.560,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

15	<p>DESODORIZADOR DE AR – AEROSSOL 400 ML</p> <p>Desodorizador de ar em aerossol destinado à perfumação de ambientes internos e eliminação de odores, indicado para uso em áreas administrativas e sanitárias.</p> <p>O produto deverá proporcionar dispersão uniforme, com ação eficaz na neutralização de odores, garantindo ambiente agradável, fragrância não irritante e de baixa volatilidade.</p> <p>Não deverá manchar superfícies ou deixar resíduos.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 12 unidades, contendo frascos aerossóis de 400 ml cada.</p> <p>Marca de referência: Domline, Glade, Bom Ar ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir fragrância não irritante e de baixa volatilidade, dispersão uniforme, ação eficaz contra odores, não manchar superfícies e atender às normas da ANVISA.</p>	CAIXA	457804	50	R\$ 184,08	R\$ 9.204,00
16	<p>DETERGENTE LÍQUIDO NEUTRO</p> <p>Detergente líquido neutro destinado à limpeza de utensílios, louças e superfícies, com ação desengordurante e higienizante, indicado para uso institucional.</p> <p>O produto deverá ser formulado com tensoativos biodegradáveis, apresentando alto poder de remoção de gorduras e sujeiras, com formação adequada de espuma.</p> <p>Deverá possuir pH neutro, sendo suave ao contato com a pele, sem causar irritações em condições normais de uso.</p> <p>Deverá apresentar fragrância suave, não residual e não interferente no ambiente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 24 unidades de 500 ml.</p> <p>Marca de referência: Ypê, Limpol, Minuano ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir alto poder de remoção de gordura, boa formação de espuma, fragrância suave, não agredir a pele e ser biodegradável.</p>	CAIXA	226795	100	R\$ 74,36	R\$ 7.436,00
17	<p>ESCOVA MULTIUSO (ESCOVÃO)</p> <p>Escova multiuso (escovão) destinada à limpeza manual de superfícies diversas, indicada para remoção de sujeiras pesadas em pisos, paredes, azulejos e áreas externas.</p> <p>O produto deverá possuir base anatômica, permitindo empunhadura firme e confortável, com cerdas resistentes confeccionadas em material sintético</p>	UND	234519	100	R\$ 17,25	R\$ 1.725,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	(nylon ou equivalente), adequadas para limpeza pesada. Deverá apresentar alta durabilidade , com boa fixação das cerdas, não sendo aceitos produtos que apresentem desprendimento durante o uso. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade individual Marca de referência: Bettanin, Condor, Bralimpia ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá possuir cerdas firmes e resistentes, não sendo aceitos itens com baixa durabilidade, base frágil ou desprendimento de cerdas durante o uso.					
18	ESPANADOR PEQUENO PARA MÓVEIS Espanador de pó de pequeno porte, destinado à remoção de poeira em móveis e superfícies diversas, indicado para uso em ambientes internos. O produto deverá possuir cerdas macias e flexíveis , confeccionadas em material sintético (microfibra, nylon ou equivalente), adequadas para limpeza sem causar riscos ou danos às superfícies. Deverá apresentar estrutura leve, resistente e de fácil manuseio , com empunhadura confortável, garantindo eficiência na remoção de poeira. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade individual. Marca de referência: Fiory, Bettanin, Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve possuir cerdas macias, não riscar superfícies, ser leve, resistente, de fácil manuseio e durável.	UND	234516	50	R\$ 19,10	R\$ 955,00
19	ESPONJA DUPLA FACE (MULTIUSO) Esponja de limpeza dupla face, destinada à remoção de sujeiras leves e pesadas em utensílios, louças e superfícies diversas. O produto deverá ser composto por duas camadas , sendo uma face em espuma macia , indicada para limpeza leve e a outra face em fibra sintética abrasiva , indicada para remoção de sujeiras mais resistentes. Deverá apresentar boa resistência e durabilidade , não podendo desmanchar, soltar partículas ou perder eficiência durante o uso. Dimensões aproximadas: 110 mm x 75 mm x 20 mm, admitindo variação compatível com o padrão de mercado. Unidade de fornecimento: Caixa Embalagem: Caixa com 12 unidades. Cor amarelo (espuma) e verde (fibra). Marca de Referência: Scotch-Brite, Bettanin, Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.	CAIXA	233805	100	R\$ 15,25	R\$ 1.525,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Critério de qualidade: Deve possuir espuma macia e fibra abrasiva resistente, boa durabilidade, não desmanchar facilmente e garantir eficiência na limpeza.					
20	ESPONJA DE AÇO Esponja de aço destinada à remoção de sujeiras pesadas, incrustações e gordura em superfícies resistentes, indicada para uso em utensílios e superfícies que permitam limpeza abrasiva. O produto deverá ser confeccionado em aço carbono , com fios finos e entrelaçados, proporcionando eficiência na limpeza sem comprometer a integridade da superfície quando utilizada adequadamente. Unidades de fornecimento: Fardo Embalagem: Fardo contendo 14 (quatorze) pacotes, com 8 (oito) unidades cada. Marca de referência: Assolan, Bombril ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá possuir boa resistência e durabilidade, não sendo aceitos itens que se desfaçam facilmente, apresentem baixa eficiência na limpeza ou oxidação excessiva em condições normais de armazenamento.	FARDO	233804	50	R\$ 45,00	R\$ 2.250,00
21	FLANELA PARA LIMPEZA 30 x 50 CM Flanela destinada à limpeza, polimento e remoção de poeira em superfícies diversas, indicada para uso em ambientes institucionais. O produto deverá ser confeccionado em tecido 100% algodão , macio e absorvente, adequado para limpeza sem risco de danos às superfícies. Deverá apresentar boa resistência e durabilidade , com acabamento adequado nas bordas, não podendo desfiar ou soltar fiapos durante o uso. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade individual. Dimensão: Aproximadamente 30 cm x 50 cm , admitindo variação compatível com o padrão de mercado. Marca de referência: brilhos ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve ser macio, absorvente, resistente, não soltar fiapos e possuir boa durabilidade.	UND	233797	200	R\$ 4,52	R\$ 904,00
22	GUARDANAPO DE PAPEL – FOLHA SIMPLES Guardanapo de papel destinado à higiene durante refeições, auxiliando na limpeza das mãos e boca, indicado para uso institucional.	PCT	233583	100	R\$ 3,63	R\$ 363,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>O produto deverá ser confeccionado em papel celulose, macio e absorvente, adequado para contato com alimentos.</p> <p>Deverá apresentar boa resistência, não podendo rasgar com facilidade durante o uso, gramatura compatível com uso institucional.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 50 unidades. Folha simples.</p> <p>Dimensões: Aproximadamente 22 cm x 22 cm, admitindo variação conforme padrão de mercado</p> <p>Marca de referência: Scott, Snob, Kitchen ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser macio, absorvente, resistente, não rasgar facilmente e ser atóxico.</p>					
23	<p>INSETICIDA AEROSSOL MULTI-INSETOS</p> <p>Inseticida em aerossol destinado ao combate de insetos voadores e rasteiros, tais como mosquitos, pernilongos, baratas, formigas e outros, indicado para uso em ambientes internos.</p> <p>O produto deverá possuir ação rápida e eficaz, com capacidade de eliminação de insetos, contribuindo para a higienização e conforto do ambiente.</p> <p>Deverá apresentar fácil aplicação, com dispersão uniforme do produto.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Frasco aerossol com conteúdo de 300 ml a 400 ml</p> <p>Marca de referência: Baygon, SBP, Raid ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá possuir ação rápida e eficácia comprovada no combate a insetos, não sendo aceitos itens com baixa efetividade, dispersão inadequada ou que não atendam às normas sanitárias vigentes.</p>	UND	484679	150	R\$ 20,54	R\$ 3.081,00
24	<p>LIMPA VIDRO 500 ML</p> <p>Limpador de vidros destinado à limpeza de superfícies envidraçadas, espelhos e materiais transparentes, proporcionando brilho e transparência, indicado para uso institucional.</p> <p>O produto deverá possuir ação desengordurante, sendo eficaz na remoção de poeira, marcas e resíduos.</p> <p>Deverá apresentar secagem rápida, sem deixar manchas, resíduos ou marcas nas superfícies.</p> <p>Deverá ser de fácil aplicação, preferencialmente em embalagem com sistema de pulverização.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Frasco com 500 ml, preferencialmente com válvula spray.</p> <p>Marca de referência: Veja, Uau, Audax ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p>	UND	470966	150	R\$ 19,90	R\$ 2.985,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Critério de qualidade: O produto deverá apresentar secagem rápida, não deixando manchas ou resíduos, possuir boa ação desengordurante e proporcionar transparência adequada, não sendo aceitos itens com baixa eficiência ou que deixem marcas nas superfícies.					
25	LUSTRA MÓVEIS Lustra móveis destinado à limpeza, proteção e conservação de móveis e superfícies, especialmente de madeira, indicado para uso institucional. O produto deverá promover brilho uniforme e duradouro, auxiliando na conservação das superfícies e na remoção de poeira. Deverá possuir fácil aplicação, preferencialmente em embalagem com sistema de pulverização. Não deverá deixar resíduos oleosos excessivos, nem provocar manchas ou acúmulo de sujeira nas superfícies Unidade de fornecimento: Caixa Embalagem: Caixa com 12 unidades , contendo frascos de 500 ml cada . Marca de referência: Poliflor, Peroba, Destac ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá proporcionar brilho duradouro e uniforme, não sendo aceitos itens que deixem resíduos oleosos excessivos, manchas ou apresentem baixa eficiência na conservação das superfícies.	CAIXA	298839	30	R\$ 261,98	R\$ 7.859,40
26	LIMPADOR CREMOSO MULTIUSO Limpador cremoso multiuso destinado à remoção de sujeiras difíceis em superfícies diversas, tais como pias, azulejos, fogões, louças sanitárias e superfícies esmaltadas. O produto deverá possuir ação abrasiva moderada , garantindo limpeza eficiente sem danificar as superfícies. Deverá apresentar boa espalhabilidade, fácil aplicação e remoção , sem deixar resíduos. Unidade de fornecimento: Caixa Embalagem: Caixa contendo 12 unidades, com volume aproximado de 250 ml. Marca de referência: Cif, Sapólio, ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior Critério de qualidade: Deve possuir ação abrasiva moderada, não danificar superfícies, apresentar boa eficiência na limpeza e fácil aplicação.	CAIXA	249903	50	R\$ 187,89	R\$ 9.394,50
27	LIMPADOR CONCENTRADO PARA PISOS E PEDRAS (DESINCRUSTANTE) Limpador concentrado destinado à limpeza de pisos e superfícies de pedra, indicado para remoção de sujeiras pesadas, encardidos e sujidades impregnadas em áreas internas e externas.	UND	453374	100	R\$ 53,62	R\$ 5.362,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>O produto deverá possuir ação desincrustante e desengordurante, sendo eficaz na remoção de sujeiras aderidas aos poros das superfícies.</p> <p>Deverá permitir diluição em água, com rendimento mínimo de 1:5 (uma parte do produto para até cinco partes de água), conforme orientação do fabricante.</p> <p>Deverá ser adequado para uso institucional, não podendo causar danos às superfícies quando utilizado conforme instruções de uso.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Frasco ou galão com 1 litro.</p> <p>Marca de referência: Donely, Start, Audax ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar alta eficiência na remoção de sujeiras pesadas e encardidos, não sendo aceitos itens com baixa ação de limpeza ou que causem danos às superfícies quando utilizados conforme recomendação do fabricante.</p>					
28	<p>LUVA DE LÁTEX PARA LIMPEZA – USO PROFISSIONAL</p> <p>Unidade de fornecimento: Par</p> <p>Embalagem: Pacote com par de luvas acondicionado individualmente.</p> <p>Tamanhos: Pequeno (P), Médio (M) ou Grande (G), conforme necessidade da Administração.</p> <p>Marca de referência: Mucambo, Volk, Danny ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar resistência a perfurações e eficácia como barreira de proteção. As luvas de látex deverão atender às normas da ANVISA aplicáveis ao produto.</p>	PCT	222683	200	R\$ 17,46	R\$ 3.492,00
29	<p>MÁSCARA DE PROCEDIMENTO</p> <p>Máscara de procedimento descartável destinada à proteção das vias respiratórias, indicada para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em material não tecido (TNT), com múltiplas camadas, proporcionando eficiência na filtragem de partículas.</p> <p>Deverá possuir fixação por elásticos laterais, garantindo ajuste adequado e confortável ao rosto durante o uso.</p> <p>Deverá possuir clipe nasal moldável, permitindo melhor vedação na região do nariz.</p> <p>Deverá apresentar boa respirabilidade, possibilitando uso contínuo sem desconforto excessivo.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Embalagem: Caixa com 100 unidades.</p> <p>Marca de referência: Medix, Descarpac, Supermax ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior</p>	CAIXA	483888	200	R\$ 21,25	R\$ 4.250,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Critério de qualidade: O produto deverá apresentar boa capacidade de filtragem, conforto e ajuste adequado ao rosto, não sendo aceitas máscaras com baixa eficiência, elástico frágil ou ausência de clipe nasal, devendo atender às normas sanitárias vigentes.					
30	NAFTALINA EM BOLAS – USO AMBIENTAL Naftalina em bolas destinada à proteção de ambientes fechados contra odores e insetos, indicada para uso em armários, arquivos e locais com armazenamento de materiais. O produto deverá atuar por sublimação gradual , promovendo ação contínua no controle de odores e insetos. Deverá ser acondicionado em embalagem segura e resistente , adequada ao armazenamento e manuseio Unidade de fornecimento: Pacote Embalagem: Pacote com peso aproximado de 50 g. Marca de referência: Azulim, Sanol, Start ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá atender às normas ambientais e sanitárias vigentes.	PCT	483398	300	R\$ 4,61	R\$ 1.383,00
31	PÁ PARA LIXO DE PLÁSTICO COM CABO DOBRÁVEL Pá para lixo destinada à coleta de resíduos sólidos em atividades de limpeza, indicada para uso institucional. O produto deverá ser confeccionado em material plástico resistente , com base rígida e durável, adequada para uso contínuo. Deverá possuir cabo longo , em madeira ou material equivalente de alta resistência, com sistema dobrável ou articulado , permitindo facilidade de armazenamento e manuseio. Deverá apresentar encaixe firme entre cabo e base , não sendo aceitos produtos com folga, instabilidade ou fragilidade estrutural. Unidade de fornecimento: Unidade. Embalagem: Unidade individual. Dimensão: Compatíveis com uso ergonômico, com cabo longo (mínimo aproximado de 60 cm). Marca de referência: Noviça, Bettanin, Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior Critério de qualidade: O produto deverá ser resistente, possuir cabo firme e sistema articulado funcional, não sendo aceitos itens com baixa durabilidade, instabilidade ou que dificultem a coleta de resíduos.	UND	234521	100	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

32	<p>PANO DE CHÃO UNIVERSAL</p> <p>Pano de chão destinado à limpeza geral de pisos e superfícies, indicado para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em tecido de algodão ou material equivalente de alta absorção, adequado para retenção de líquidos e remoção de sujeiras.</p> <p>Deverá apresentar alta resistência e durabilidade, não podendo rasgar, desfiar ou soltar fiapos durante o uso.</p> <p>Deverá possuir acabamento adequado nas bordas, garantindo maior vida útil.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade individual.</p> <p>Dimensão: Aproximadamente 50 cm x 70 cm, admitindo variação compatível com o padrão de mercado.</p> <p>Cor: Branca ou equivalente.</p> <p>Marca de referência: Brillhex, Bettanin, Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir alta absorção, resistência, durabilidade e não soltar fiapos.</p>	UND	233799	200	R\$ 12,41	R\$ 2.482,00
33	<p>PANO DE PRATO</p> <p>Pano de prato destinado à secagem de utensílios, louças e superfícies em ambiente de cozinha, indicado para uso institucional.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 12 unidades.</p> <p>Dimensões: Aproximadamente 40 cm x 70 cm, admitindo variação conforme padrão de mercado.</p> <p>Cor: Branca ou estampada, conforme padrão do fabricante</p> <p>Marca de referência: Estilotex, Döhler, Karsten ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar alta absorção, resistência e durabilidade, sendo confeccionado em tecido de algodão ou material equivalente</p>	PCT	226704	50	R\$ 58,25	R\$ 2.912,50
34	<p>PANO MULTIUSO</p> <p>Pano multiuso destinado à limpeza de diversas superfícies, tais como móveis, bancadas, equipamentos, vidros e utensílios, indicado para uso institucional.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em material não tecido (TNT) ou fibras sintéticas (como poliéster, polipropileno ou equivalentes), proporcionando alta absorção e resistência.</p> <p>Deverá ser apresentado em rolo com folhas destacáveis, permitindo fácil utilização e melhor controle de consumo.</p>	ROLO	226705	100	R\$ 12,34	R\$ 1.234,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Deverá apresentar boa durabilidade e possibilidade de reutilização, não podendo rasgar com facilidade nem soltar fiapos durante o uso.</p> <p>Unidade de fornecimento: Rolo</p> <p>Embalagem: Rolo contendo aproximadamente 50 unidades (folhas destacáveis).</p> <p>Marca de referência: Perfex, Bettanin, Esfrebom ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá possuir alta absorção, resistência e durabilidade, não sendo aceitos itens que rasguem facilmente, soltem fiapos ou apresentem baixa eficiência na limpeza, devendo permitir reutilização em condições normais de uso.</p>					
35	<p>PAPEL HIGIÊNICO ROLÃO</p> <p>Papel higiênico tipo rolo destinado à higiene pessoal em banheiros de uso coletivo, indicado para ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em papel celulose (virgem, reciclada ou mista), apresentando boa maciez, resistência e capacidade de absorção.</p> <p>Deverá possuir folha simples ou dupla, garantindo eficiência no uso, sem causar desconforto ou irritação.</p> <p>Deverá apresentar boa resistência à tração, não rasgando com facilidade durante o uso.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 8 rolos, contendo rolos de aproximadamente 300 metros cada.</p> <p>Marca de referência: Big Roll, Elite, Nobre ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá ser macio, resistente e absorvente, não sendo aceitos itens que rasguem com facilidade, apresentem baixa qualidade, aspereza ou causem irritação durante o uso.</p>	PCT	233585	300	R\$ 81,48	R\$ 24.444,00
36	<p>PAPEL HIGIÊNICO DUPLA FACE PACOTE</p> <p>Papel higiênico folha dupla destinado à higiene pessoal, indicado para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em papel celulose (virgem, reciclada ou mista), apresentando boa maciez, resistência e capacidade de absorção.</p> <p>Deverá possuir dupla camada (folha dupla), garantindo maior resistência e eficiência no uso.</p> <p>Deverá apresentar boa resistência à tração, não rasgando com facilidade durante o uso e não causando irritação.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 16 rolos, contendo rolos de aproximadamente 30 metros cada.</p> <p>Marca de referência: Personal ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá possuir dupla camada, ser macio, resistente e absorvente, não sendo aceitos itens que rasguem facilmente, apresentem</p>	PCT	233841	50	R\$ 25,62	R\$ 1.281,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	aspereza, baixa qualidade ou causem irritação durante o uso.					
37	<p>PAPEL TOALHA-INTERFOLHADO</p> <p>Papel toalha interfolhado destinado à secagem das mãos e limpeza de superfícies, indicado para uso em banheiros e ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em papel celulose (virgem, reciclada ou mista), apresentando boa capacidade de absorção, resistência e maciez.</p> <p>Deverá ser do tipo interfolhado (folhas dobradas e intercaladas), permitindo retirada individual e contínua, compatível com dispensadores padrão.</p> <p>Deverá possuir 1 (uma) ou 2 (duas) camadas, garantindo eficiência no uso, sem comprometer a absorção.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 1.000 folhas. Dimensões que podem variar, mas um tamanho comum é de aproximadamente 20 cm x 20 cm.</p> <p>Marca de referência: Nobre, Elite, Melhoramentos ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá ser absorvente, resistente e macio, não sendo aceitos itens que rasguem facilmente, apresentem baixa absorção ou dificultem a retirada individual das folhas no dispensador.</p>	PCT	233845	150	R\$ 21,57	R\$ 3.235,50
38	<p>PAPEL TOALHA EM ROLO</p> <p>Papel toalha em rolo destinado à limpeza e secagem de superfícies e mãos, indicado para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em papel celulose (virgem, reciclada ou mista), apresentando boa absorção, resistência e maciez.</p> <p>Deverá possuir 1 (uma) ou 2 (duas) camadas, garantindo eficiência na limpeza e secagem.</p> <p>Deverá ser apresentado em folhas picotadas, permitindo fácil destacamento durante o uso.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 2 rolos, contendo rolos com aproximadamente 50 a 60 folhas cada.</p> <p>Marca de referência: Scala, Snob, Kitchen ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p>	PCT	233846	200	R\$ 16,60	R\$ 3.320,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Critério de qualidade: O produto deverá ser resistente, absorvente e de fácil destacamento, não sendo aceitos itens que se desfaçam facilmente, apresentem baixa absorção ou dificuldade no uso.					
39	RODO PARA ÁREA INTERNA Rodo destinado à remoção de água e líquidos em superfícies internas, indicado para uso em ambientes administrativos. O produto deverá possuir base com lâmina de borracha eficiente , garantindo boa remoção de líquidos. Deverá possuir cabo em madeira ou material equivalente , firme e resistente. Unidade de fornecimento: Unidade. Embalagem: Unidade individual. Dimensão: Aproximadamente 30 cm. Marca de referência: Condor, Bettanin, Noviza ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá possuir lâmina de borracha eficiente na remoção de líquidos, não sendo aceitos itens com baixa aderência ao piso, deformações ou que deixem resíduos após o uso. O cabo deverá ser firme e resistente, não podendo apresentar folgas ou fragilidade durante o manuseio.	UND	234522	100	R\$ 19,29	R\$ 1.929,00
40	RODO INDUSTRIAL Rodo industrial destinado à remoção de água e líquidos em superfícies de grande área e uso intenso, indicado para áreas externas, corredores, banheiros e ambientes de alta circulação. O produto deverá possuir estrutura reforçada , com base resistente e lâmina de borracha de alta durabilidade, podendo ser simples ou dupla. Deverá possuir cabo longo (mínimo 1,20 m) , em material resistente, garantindo ergonomia e eficiência no uso. Unidade de fornecimento: Unidade. Embalagem: Unidade individual. Dimensão: Aproximadamente 60 cm. Marca de referência: Bralimpia, Bettanin, Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior Critério de qualidade: O produto deverá possuir estrutura reforçada e lâmina de borracha resistente, podendo ser simples ou dupla, garantindo eficiência na remoção de líquidos em áreas de uso intenso. Não serão aceitos itens com baixa durabilidade, deformações ou que apresentem falhas na fixação da borracha. O cabo deverá ser longo, firme e resistente, garantindo ergonomia e segurança durante o uso.	UND	234523	200	R\$ 24,35	R\$ 4.870,00
41	SABÃO EM BARRA Sabão em barra destinado à lavagem de louças, utensílios e superfícies de copa, com ação desengordurante, indicado para uso institucional.	PCT	226692	100	R\$ 25,27	R\$ 2.527,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>O produto deverá apresentar alto poder de remoção de gorduras, sendo eficaz na limpeza de resíduos alimentares.</p> <p>Deverá possuir composição adequada para uso manual, não podendo agredir excessivamente a pele em condições normais de uso.</p> <p>Deverá apresentar boa durabilidade e rendimento, não se desmanchando com facilidade durante o uso.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 5 unidades cada, com barras de peso mínimo de 180 g cada.</p> <p>Marca de referência: Ypê, Minuano, Urca ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá possuir alto poder desengordurante, boa durabilidade e rendimento, não sendo aceitos itens que se desfaçam facilmente ou apresentem baixa eficiência na remoção de gordura.</p>					
42	<p>SABÃO EM PÓ</p> <p>Sabão em pó destinado à limpeza de tecidos e materiais diversos, tais como panos de chão, panos de prato, flanelas, bem como à higienização de superfícies em ambientes institucionais, incluindo pisos, banheiros, salas e corredores.</p> <p>O produto deverá possuir alto poder de limpeza, sendo eficaz na remoção de sujeiras, gorduras e manchas, com boa solubilidade em água, não deixando resíduos.</p> <p>Deverá ser adequado para uso em limpeza geral, podendo ser utilizado tanto na lavagem manual quanto na limpeza de superfícies. Deverá apresentar fragrância agradável e suave, contribuindo para a higienização dos ambientes.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Caixa contendo 20 unidades, com embalagens individuais de sabão em pó com peso mínimo de 800g cada.</p> <p>Marca de referência: ypê, omo ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir alto poder de limpeza, boa solubilidade e fragrância agradável.</p>	CAIXA	226691	100	R\$ 224,61	R\$ 22.461,00
43	<p>SACO PLÁSTICO PARA LIXO 30 L</p> <p>Saco plástico para acondicionamento de resíduos, com capacidade nominal de 30 litros, confeccionado em polietileno (PEAD ou PEBD) ou material equivalente de qualidade igual ou superior.</p> <p>O produto deverá apresentar resistência adequada à tração e ruptura, com solda reforçada, sendo apto ao uso contínuo em ambiente institucional, sem ocorrência de rasgos ou vazamentos durante o manuseio.</p> <p>Cor: Preta, azul ou conforme necessidade da Administração.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 100 unidades. Capacidade 30L</p>	PCT	226715	200	R\$ 32,18	R\$ 6.436,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Marca de referência: Embalixo, Dover-Roll ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior Critério de qualidade: Deve ser resistente, não rasgar facilmente e suportar o peso indicado. Não serão aceitos produtos com baixa resistência, soldas frágeis ou que apresentem rasgos ou vazamentos durante o uso, devendo suportar o peso compatível com sua capacidade.					
44	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 50 L Saco plástico para acondicionamento de resíduos, com capacidade nominal de 50 litros , confeccionado em polietileno (PEAD ou PEBD) ou material equivalente de qualidade igual ou superior. O produto deverá apresentar resistência adequada à tração e ruptura, com solda reforçada, sendo apto ao uso contínuo em ambiente institucional, sem ocorrência de rasgos ou vazamentos durante o manuseio. Cor: preta, azul ou conforme necessidade da Administração. Unidade de fornecimento: Pacote Embalagem: Pacote com 100 unidades Capacidade: 50 litros Marca de referência: Embalixo, Dover-Roll ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior Critério de qualidade: Deve ser resistente, não rasgar facilmente e suportar o peso indicado. Não serão aceitos produtos com baixa resistência, soldas frágeis ou que apresentem rasgos ou vazamentos durante o uso, devendo suportar o peso compatível com sua capacidade.	PCT	481307	50	R\$ 81,16	R\$ 4.058,00
45	SACO PLÁSTICO PARA LIXO- 100L Saco plástico destinado ao acondicionamento de resíduos de grande volume, com capacidade nominal de 100 litros , confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polietileno de baixa densidade (PEBD), ou material equivalente de qualidade igual ou superior. O produto deverá apresentar alta resistência mecânica à tração, perfuração e ruptura, sendo adequado para uso institucional, inclusive para resíduos com maior peso e volume, sem ocorrência de rasgos, vazamentos ou rompimentos durante o uso. Deverá possuir espessura compatível com a capacidade volumétrica, com solda reforçada no fundo e/ou lateral, garantindo segurança no acondicionamento e transporte dos resíduos. O material deverá ser homogêneo, isento de furos, bolhas, pontos de fragilidade ou imperfeições, mantendo integridade mesmo sob carga elevada. Características mínimas: -Capacidade: 100 litros.	PCT	481309	150	R\$ 112,82	R\$ 16.923,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>-Material: PEAD, PEBD ou equivalente técnico</p> <p>-Cor: preta, azul ou conforme necessidade da Administração</p> <p>-Tipo: reforçado / alta resistência</p> <p>-Espessura: compatível com uso pesado (mínimo recomendado: 0,06 mm ou superior)</p> <p>-Aplicação: resíduos leves e pesados em ambiente institucional.</p> <p>Produto destinado ao acondicionamento de grandes volumes de resíduos.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote Reforçado.</p> <p>Embalagem: Pacote de 100l com 100 unidades.</p> <p>Marca de referência: Dokapack ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir alta resistência, espessura adequada e suportar grandes volumes. Não serão aceitos sacos com baixa resistência, espessura inferior à adequada, soldas frágeis ou que apresentem rasgos, vazamentos ou rompimentos durante o uso. O produto deverá suportar grandes volumes e peso compatível com sua capacidade, garantindo segurança no acondicionamento e transporte dos resíduos.</p>					
46	<p>SACO PLÁSTICO PARA LIXO -200L</p> <p>Saco plástico para acondicionamento de resíduos, com capacidade nominal de 200 litros, confeccionado em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polietileno de baixa densidade (PEBD), ou material equivalente de qualidade igual ou superior.</p> <p>O produto deverá apresentar alta resistência mecânica à tração, perfuração e ruptura, sendo adequado para acondicionamento de resíduos comuns ou pesados, sem ocorrência de rasgos, vazamentos ou rompimentos durante o uso normal.</p> <p>Deverá possuir espessura compatível com a capacidade volumétrica, com solda lateral e/ou fundo reforçado, garantindo vedação adequada e segurança no manuseio.</p> <p>O material deverá ser homogêneo, sem furos, bolhas, pontos de fragilidade ou imperfeições, devendo suportar o peso dos resíduos sem perda de integridade.</p> <p>Características mínimas:</p> <p>-Capacidade: 200 litros</p> <p>-Material: PEAD, PEBD ou equivalente técnico</p> <p>-Cor: preta ou azul (ou conforme necessidade da Administração)</p> <p>-Tipo: reforçado / alta resistência</p> <p>-Aplicação: uso institucional, coleta de resíduos leves e pesados</p> <p>-Espessura: compatível com uso pesado (mínimo recomendado: 0,08 mm ou superior, quando aplicável).</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 100 unidades. Capacidade 200L</p>	PCT	481312	50	R\$ 131,04	R\$ 6.552,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Marca de referência: Embalixo, Dover-Roll, Vabene ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitos sacos com baixa resistência, espessura inferior à adequada, soldas frágeis ou que apresentem rasgos, vazamentos ou rompimentos durante o uso. O produto deverá suportar o peso indicado, garantindo segurança no acondicionamento e transporte dos resíduos.</p>					
47	<p>SABONETE LÍQUIDO</p> <p>Sabonete líquido destinado à higienização das mãos, indicado para uso em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser formulado com agentes tensoativos suaves, proporcionando limpeza eficiente sem agredir a pele, sendo adequado ao uso frequente. Deverá apresentar boa formação de espuma, fácil enxágue e não deixar resíduos nas mãos.</p> <p>Deverá possuir fragrância agradável e suave, podendo ser do tipo neutro, floral ou equivalente.</p> <p>Deverá possuir registro ou notificação na ANVISA, conforme legislação vigente.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Unidade de 5 litros. Geralmente em galão ou recipiente grande, facilitando o abastecimento.</p> <p>Fragrância: Disponível em diversas opções de fragrâncias (ex: neutro, floral).</p> <p>Marca de referência: Premisse ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá ser suave, não irritar a pele em condições normais de uso, apresentar boa formação de espuma e fragrância agradável, não sendo aceitos itens com baixa eficiência de limpeza, odor desagradável ou que causem ressecamento excessivo.</p>	UND	604234	250	R\$ 40,03	R\$ 10.007,50
48	<p>TOUCA DE PROCEDIMENTO DESCARTÁVEL</p> <p>Touca de procedimento descartável destinada à cobertura dos cabelos, visando à proteção e à redução de contaminações em ambientes institucionais.</p> <p>O produto deverá ser confeccionado em material não tecido (TNT), leve e respirável, proporcionando conforto durante o uso.</p> <p>Deverá possuir formato sanfonado (tipo acordeão) e elástico em toda a borda, garantindo bom ajuste à cabeça.</p> <p>Deverá permitir ventilação adequada, não causando desconforto durante o uso contínuo.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote com 100 unidades.</p> <p>Marca de referência: Prevemax, Descarpac, Medix ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá ser leve, confortável e resistente, não sendo aceitas toucas com elástico frágil, baixa cobertura ou que se rompam</p>	PCT	485807	50	R\$ 20,70	R\$ 1.035,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	facilmente durante o uso, devendo apresentar ajuste adequado e material respirável.					
49	<p>VASSOURA DE NYLON</p> <p>Utensílio de limpeza destinado à varrição de superfícies internas e externas, com cerdas de nylon que proporcionam eficiência na remoção de sujeiras leves e moderadas.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade.</p> <p>Embalagem: Unidade individual, contendo vassoura com base de aproximadamente 30 cm de largura e cabo acoplado, geralmente em plástico ou madeira.</p> <p>Marca de referência: Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve possuir cerdas de nylon resistentes e duráveis, base firme, cabo bem fixado, leveza no manuseio, boa eficiência na varrição e acabamento adequado.</p>	UND	254496	100	R\$ 29,78	R\$ 2.978,00
50	<p>VASSOURA DE PELO</p> <p>Utensílio de limpeza destinado à varrição de ambientes internos institucionais, como salas de trabalho, escritórios, corredores e ambientes fechados, indicado para remoção de poeira fina e partículas leves, sem danificar ou riscar o piso.</p> <p>Deverá possuir base com largura aproximada de 30 cm, confeccionada em plástico resistente, madeira ou material equivalente, de qualidade igual ou superior, com cerdas macias em material sintético (nylon, PET ou similar), densas, flexíveis e adequadas para retenção eficiente de poeira.</p> <p>O produto deverá ser fornecido com cabo, confeccionado em madeira, metal ou plástico resistente, com comprimento mínimo de 1,20 m, devidamente fixado à base, garantindo firmeza, ergonomia e segurança durante o uso contínuo.</p> <p>As cerdas deverão apresentar boa fixação e distribuição uniforme, não podendo ocorrer desprendimento excessivo, devendo manter sua eficiência mesmo após uso prolongado.</p> <p>Indicado para uso profissional em ambientes administrativos e áreas internas de circulação.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: Unidade individual, com base de aproximadamente 30 cm, com cabo.</p> <p>Marca de referência: Condor ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Não serão aceitas vassouras com cerdas rígidas que possam riscar superfícies, com baixa densidade de cerdas, desprendimento excessivo, cabo com fixação inadequada ou estrutura frágil que comprometa a durabilidade e eficiência do produto em uso profissional contínuo.</p>	UND	438597	150	R\$ 32,74	R\$ 4.911,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

51	VASSOURA P/ VASO SANITÁRIO C/ SUPORTE Utensílio destinado à limpeza de vasos sanitários, com formato adequado para alcançar áreas internas de difícil acesso, acompanhado de suporte para armazenamento. Cabo normalmente curto e ergonômico, facilitando o entrosamento e a aplicação em espaços apertados Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Conjunto contendo escova sanitária e suporte, acondicionado individualmente. Marca de referência: Sanilux, Bettanin ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve possuir cerdas resistentes que não danifiquem a louça sanitária, cabo ergonômico, suporte higiênico que evite acúmulo de água e fácil higienização.	UND	226718	150	R\$ 21,50	R\$ 3.225,00
52	VASSOURA DO TIPO PIAÇAVA Utensílio de limpeza destinado à varrição de áreas internas e externas, especialmente indicado para remoção de poeira, areia, folhas e resíduos em geral. Deverá possuir base confeccionada em madeira, plástico reforçado ou material equivalente, de qualidade igual ou superior, com cerdas naturais de piaçava ou material sintético equivalente, firmes, resistentes ao desgaste e adequadas para uso contínuo. O produto deverá ser fornecido com cabo, confeccionado em madeira ou material equivalente, com comprimento mínimo de 1,20 m, devidamente fixado à base, garantindo firmeza, ergonomia e segurança durante o uso. As vassouras deverão apresentar boa densidade de cerdas, não podendo ocorrer desprendimento excessivo, deformações ou falhas que comprometam a eficiência da varrição. Indicado para limpeza de ambientes internos, calçadas, áreas externas e espaços institucionais. Unidade de fornecimento: Unidade Embalagem: Unidade completa (base + cabo) Marca de referência: Ipiranga ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Não serão aceitas vassouras com cerdas frágeis, desalinhadas ou que se desprendam facilmente, base instável, cabo com fixação inadequada ou baixa resistência ao uso contínuo.	UND	229377	200	R\$ 34,56	R\$ 6.912,00
VALOR GLOBAL REFERENCIAL (R\$)						R\$ 353.549,90



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

--	--

LOTE 3 – GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ITENS DE COPA

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	CATMAT	QT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
1	<p>ACHOCOLATADO</p> <p>Produto em pó destinado ao preparo de bebida achocolatada, obtido a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de impurezas, parasitas, detritos animais ou vegetais, devendo apresentar aspecto homogêneo, cor, odor e sabor característicos do produto.</p> <p>Unidade de fornecimento: Pacote</p> <p>Embalagem: Pacote contendo 1 kg, acondicionado em embalagem íntegra, devidamente lacrada, contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e prazo de validade.</p> <p>Marca de referência: Italac ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de Qualidade: O produto deverá atender às normas da ANVISA, apresentando composição compatível com os padrões de mercado. Não serão aceitos produtos com alterações sensoriais, presença de impurezas ou embalagem danificada. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>	PACOTE	463554	100	R\$ 30,31	R\$ 3.031,00
2	<p>AÇÚCAR CRISTAL</p> <p>Açúcar do tipo cristal, granulado, cor branca, livre de umidade, sujidades e impurezas, coloração branca, brilho natural e de fácil escoamento, sem apresentar-se melado, umedecido ou empedrado. Produto com odor próprio, sabor doce característico, livre de fermentação, sujidades, matérias terrosas, parasitas, larvas, detritos animais ou vegetais, bem como qualquer substância estranha ou nociva à saúde.</p> <p>Unidade de fornecimento: Fardo</p> <p>Embalagem: Embalado em saco plástico de polietileno atóxico, transparente ou levemente fosco, resistente e devidamente lacrado, contendo em cada fardo 10 unidades com 1 kg do produto.</p>	FARDO	463989	150	R\$ 109,47	R\$ 16.420,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Marca de referência: União, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de Qualidade: A embalagem deve conter, de forma legível e indelével, as seguintes informações: nome do produto, marca do fabricante, identificação do lote, data de fabricação e prazo de validade. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega, devendo atender às normas sanitárias vigentes.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>					
3	<p>ADOÇANTE LÍQUIDO</p> <p>Adoçante dietético líquido, destinado ao uso culinário e adoçamento de bebidas e alimentos. Formulação à base de edulcorantes sintéticos e/ou naturais, como sacarina sódica, ciclamato de sódio, sucralose, aspartame, acessulfame-k e/ou estévia (rebaudiosídeo a), ou combinação desses, conforme legislação vigente da Anvisa.</p> <p>Unidade de fornecimento: Unidade</p> <p>Embalagem: O rótulo deve conter, de forma clara e legível: nome do produto, composição, nome e cnpj do fabricante ou distribuidor, número do lote, data de fabricação e validade, modo de uso e registro no ministério da saúde/anvisa. Volume mínimo de 100 ml.</p> <p>Marca de referência: Adocyl, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: Deve apresentar sabor doce, sem gosto residual amargo acentuado, incolor ou levemente amarelado, isento de impurezas, sedimentos ou alterações visuais. Produto acondicionado em frasco plástico dosador, hermeticamente fechado, com tampa de rosca ou sistema conta-gotas. Validade mínima exigida de 12 (doze) meses a contar da data de entrega.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>	UND	407523	150	R\$ 10,53	R\$ 1.579,50
4	<p>BISCOITO DOCE TIPO MARIA</p> <p>Biscoito doce tipo maria, obtido a partir de ingredientes de qualidade alimentar, composto por: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, amido de milho, soro de leite em pó, sal, aromatizante, estabilizante lecitina de soja e fermentos químicos</p>	CAIXA	232144	100	R\$ 102,56	R\$ 10.256,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>(bicarbonato de amônio e/ou bicarbonato de sódio).o produto deve ser fabricado a partir de matérias-primas sãs, limpas e livres de qualquer substância contaminante, como sujidades, matérias terrosas, parasitas, larvas, detritos animais ou vegetais, e estar em perfeito estado de conservação.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Plástica impermeável, lacrada, com 400g (formato 3x1), caixa com 12 unidades.</p> <p>Marca de referência: Fortaleza, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar características organolépticas adequadas (cor, sabor, odor e textura), não sendo aceitos produtos queimados, mal cozidos ou com alteração de qualidade. Deve atender às normas sanitárias vigentes, com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>					
5	<p>BISCOITO SALGADO TIPO CREAM CRACKER</p> <p>Produto: Biscoito salgado tipo cream cracker ou similar, elaborado com ingredientes de qualidade alimentar, composto por: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, açúcar, sal refinado, extrato de malte, amido de milho, regulador de acidez (bicarbonato de sódio), soro de leite em pó, fermento biológico, estabilizante lecitina de soja e aromatizante.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: 400 g (caixa com 12 unid.), com dupla proteção, tipo “3x1” (três pacotes internos), impermeável, lacrada, resistente, devidamente rotulada conforme a legislação vigente, contendo de forma legível: nome do produto, marca do fabricante, lista de ingredientes, número do lote, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e número de registro no órgão competente de saúde (anvisa ou mapa).</p> <p>Marca de referência: Fortaleza, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser produzido com matérias-primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas, sujidades, parasitas, larvas, detritos animais ou vegetais, e em perfeito estado de conservação. O produto deverá apresentar características organolépticas adequadas (cor, sabor, odor e textura), não sendo aceitos produtos com alteração de qualidade. Deve</p>	CAIXA	232930	100	R\$ 93,89	R\$ 9.389,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	atender às normas sanitárias vigentes, com validade mínima de 6 (seis) meses. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.					
6	CAFÉ TORRADO E MOÍDO – TRADICIONAL Produto: Café torrado e moído, tipo tradicional, de torra média a escura, com moagem fina e granulação uniforme, próprio para preparo em coadores de papel ou pano. Produto 100% puro, obtido a partir de grãos selecionados das espécies <i>coffea arabica</i> e/ou <i>coffea canephora</i> (robusta), isento de impurezas, corpos estranhos, parasitas, umidade excessiva, odores anormais ou qualquer substância nociva à saúde. Unidade de fornecimento: Caixa. Embalagem: Caixa com 20 unidades embalado a vácuo, tipo “tijolinho”, com peso líquido de 250g, rotulagem legível contendo identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade. Marca de referência: Pilão, Santa Clara, equivalente ou de melhor qualidade. Critério de qualidade: Deve apresentar preferencialmente certificado por selo de qualidade reconhecido (ex.: ABIC) ou equivalente. Validade mínima de 12 (doze) meses a partir da data da entrega. Produto com características sensoriais compatíveis com o padrão de mercado. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.	CAIXA	463591	260	R\$ 269,38	R\$ 70.038,80
7	CHÁ DE CIDREIRA Produto à base de erva cidreira, destinado ao preparo de infusão, devendo ser composto por matéria-prima vegetal selecionada, isenta de impurezas, umidade excessiva, substâncias estranhas ou contaminantes. Unidade de fornecimento: caixa Embalagem: Caixa contendo sachês individuais devidamente acondicionados, com identificação do fabricante, lote, data de fabricação e validade. Marca de referência: Maratá ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: O produto deverá apresentar aroma, cor e sabor característicos, devendo atender às normas sanitárias vigentes. Validade mínima de 6 (seis) meses.	CAIXA	256088	50	R\$ 3,74	R\$ 187,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.					
8	COPO DESCARTÁVEL PARA CAFÉ Copo descartável destinado ao consumo de bebidas quentes ou frias, especialmente café, proporcionando praticidade, higiene e segurança no uso diário. Deverá ser confeccionado em polipropileno (PP) ou poliestireno (PS), ou material equivalente de qualidade igual ou superior, adequado para contato com alimentos. O produto deverá possuir resistência térmica compatível com bebidas quentes, não podendo deformar, amolecer ou apresentar vazamentos durante o uso. Deverá apresentar acabamento uniforme, sem rebarbas, rachaduras ou imperfeições, garantindo conforto e segurança ao usuário. Unidade de fornecimento: Pacote Embalagem: Pacote com 100 unidades, com capacidade de 50 ml cada. Marca de referência: Copobrás ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior. Critério de qualidade: Deve ser fabricado em plástico resistente, suportar temperaturas de bebidas quentes, não deformar facilmente, possuir acabamento uniforme, ser leve, atóxico e adequado para contato com alimentos. Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.	PACOTE	402921	500	R\$ 6,84	R\$ 3.420,00
9	COPO DESCARTÁVEL PARA ÁGUA Copo descartável destinado ao consumo de água e bebidas frias, proporcionando praticidade, higiene e segurança no uso diário. Deverá ser confeccionado em polipropileno (PP) ou poliestireno (PS), ou material equivalente de qualidade igual ou superior, adequado para contato com alimentos. O produto deverá apresentar resistência adequada, não podendo deformar, amassar com facilidade ou apresentar vazamentos durante o uso. Deverá possuir acabamento uniforme, sem rebarbas, rachaduras ou imperfeições. Conceito do produto: Recipiente descartável destinado ao consumo de água e bebidas frias, garantindo praticidade e higiene.	CAIXA	402923	100	R\$ 84,29	R\$ 8.429,00



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Caixa com 1.000 unidades, contendo copos de 200 ml cada.</p> <p>Marca de referência: Copomais ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: Deve ser produzido em plástico resistente, não apresentar deformidades, ser leve, atóxico, adequado para bebidas frias e possuir boa resistência ao manuseio.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>					
10	<p>LEITE EM PÓ DESNATADO</p> <p>Produto: Leite em pó desnatado, obtido exclusivamente da ordenha de vacas sadias, submetido a processos tecnológicos adequados de desidratação e pasteurização, garantindo a eliminação de microrganismos patogênicos e a preservação das características nutricionais essenciais.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Apresentação em lata com peso líquido entre 400g, resistentes, caixa com 10 unidades, próprias para o armazenamento em temperatura ambiente. O rótulo deve conter, de forma clara e indelével: nome do produto, tipo do leite (desnatado), marca, identificação do fabricante e CNPJ, número do SIF ou órgão competente, data de fabricação, prazo de validade, lote e informações nutricionais.</p> <p>Marca de referência: Piracanjuba, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: Produto com teor de gordura inferior ou igual a 1,5%, conforme padrões da legislação vigente. Isento de conservantes, aditivos ou qualquer substância estranha à sua composição natural, excetuando-se eventuais fortificações vitamínico-minerais permitidas por legislação específica. Proveniente de estabelecimento registrado e inspecionado por órgão oficial de controle sanitário (MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), com selo de inspeção federal, estadual ou municipal válido. Validade mínima de 60 (sessenta) dias ou conforme padrão de mercado, devendo atender às normas do MAPA e ANVISA.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o</p>	CAIXA	446021	30	R\$ 238,85	R\$ 7.165,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.					
11	<p>LEITE EM PÓ INTEGRAL</p> <p>Obtido por desidratação do leite de vaca integral e apto para a alimentação humana mediante processos tecnologicamente adequado. Teor nutricional mínimo para porção de 26g: proteína - 13%, gorduras totais – 13%, sem gorduras trans, enriquecido com cálcio e vitaminas a e d. Aparência de pó fino, homogêneo, na cor própria, de fácil escoamento, não devendo estar melado ou empedrado; odor e sabor: agradável, não rançoso, semelhante ao leite fluído; ausência de conservadores, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Contendo 380g, caixa com 24 unidades, com a identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 1 (um) ano, peso líquido e número de registro no órgão competente, devidamente rotulada conforme legislação vigente.</p> <p>Marca de referência: Ninho, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: Deverão ser observadas as especificações gerais do regulamento técnico de identidade e qualidade de leite em pó, fixado pela portaria nº 369, de 04/09/97, e demais normas técnicas pertinentes à legislação sanitária de alimentos. Deverá atender às normas sanitárias vigentes, com validade mínima de 12 (doze) meses.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>	CAIXA	446019	100	R\$ 405,15	R\$ 40.515,00
12	<p>MANTEIGA EXTRA COM SAL</p> <p>Produto lácteo obtido exclusivamente a partir da gordura do leite e/ou da nata pasteurizada de vacas sadias, submetido a processo de pasteurização e batimento, com adição opcional de sal (manteiga com sal). Deve apresentar coloração amarelo-clara uniforme, textura firme e homogênea, odor e sabor próprios, suaves e característicos, isenta de substâncias estranhas,</p>	CAIXA	446393	30	R\$ 251,73	R\$ 7.551,90



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

	<p>fermentação, ranço, bolores ou qualquer alteração organoléptica.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Embalagem primária de polietileno ou papel alumínio laminado, ou embalagem plástica termo formada, hermeticamente fechada, com peso líquido de 200 g ou 250 g, caixa com 12 unidades, devidamente lacrada. Rótulo contendo, de forma clara e legível: nome do produto, ingredientes, marca do fabricante, número do sif (ou sie/sim), cnpj, lote, data de fabricação, validade e informações nutricionais.</p> <p>Marca de referência: Scala, Glória, Itambé, equivalente ou de melhor qualidade.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá atender às normas do MAPA e ANVISA, apresentando qualidade adequada, sem alterações sensoriais ou presença de contaminantes. Validade mínima de 60 (sessenta) dias.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>					
13	<p>TORRADA INDUSTRIALIZADA</p> <p>Torrada industrializada, tipo tradicional, produzida a partir de farinha de trigo enriquecida, devidamente assada e crocante, acondicionada em embalagens primárias contendo aproximadamente 140g a 160g por pacote.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa</p> <p>Embalagem: Fornecimento em caixas contendo no mínimo 30 (trinta) pacotes, devidamente lacradas, garantindo integridade do produto durante transporte e armazenamento.</p> <p>Marca de referência: Bauducco, Adria ou Vitarella, ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critério de qualidade: O produto deverá apresentar características organolépticas adequadas - cor, sabor, odor e textura, não sendo aceitos produtos quebradiços, queimados, mal cozidos ou com alteração de qualidade. Deve atender às normas sanitárias vigentes, com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>	CAIXA	460531	50	R\$ 169,63	R\$ 8.481,50



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

14	<p>TORRADA INTEGRAL INDUSTRIALIZADA</p> <p>Torrada integral industrializada, produzida a partir de farinha de trigo integral e/ou mistura de farinhas integrais, devidamente assada, apresentando textura crocante, acondicionada em embalagens primárias contendo peso líquido entre 140g e 160g por pacote.</p> <p>Unidade de fornecimento: Caixa.</p> <p>Embalagem: O fornecimento deverá ocorrer em caixas contendo, no mínimo, 30 (trinta) pacotes, devidamente lacradas e íntegras, garantindo a adequada proteção do produto durante o transporte, manuseio e armazenamento.</p> <p>Marca de referência: Bauducco, Adria, Vitarella ou equivalente técnico de qualidade igual ou superior.</p> <p>Critérios de qualidade: O produto deverá apresentar características organolépticas adequadas, tais como cor, sabor, odor e textura próprios, sendo vedado o fornecimento de produtos quebradiços, queimados, mal cozidos ou que apresentem qualquer alteração de qualidade. Deverá conter teor significativo de farinha integral em sua composição, conforme rotulagem do fabricante, atender integralmente às normas sanitárias vigentes, possuir rotulagem conforme a legislação aplicável e apresentar prazo de validade mínimo de 6 (seis) meses a contar da data de entrega.</p> <p>Não serão aceitos produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas, podendo a Administração rejeitar o fornecimento, total ou parcialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.</p>	CAIXA	460529	40	R\$ 166,79	R\$ 6.671,60
VALOR GLOBAL REFERENCIAL (R\$)						193.136,30

OBS.: Em caso de eventual divergência entre o código CATMAT e a descrição detalhada do item constante neste instrumento, deverá prevalecer, para todos os efeitos, a descrição técnica do objeto, a qual define de forma precisa as características, especificações e requisitos mínimos exigidos pela Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00x/202x
Câmara Municipal de São Luís (MA)

Prezados Senhores,

Pelo presente, submetemos à apreciação de V. Sra. a nossa proposta relativa ao Processo de Pregão Eletrônico em epígrafe, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma e declaramos ainda que, temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolvem os trabalhos, e concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital e Termo de Referência.

1. IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL (quando aplicável): _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

CPF: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____

3. PROPOSTA DE PREÇOS:

LOTE XX -

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
	(conforme TR)						

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$ _____
(_____)

4. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente proposta terá validade mínima de ____ (_____) dias, contados da data de sua apresentação, observadas as disposições editalícias.

5. DADOS BANCÁRIOS DA EMPRESA: ...

6. DECLARAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Declaramos, sob as penas da lei, que:

- a)** estamos cientes e concordamos integralmente com todas as condições estabelecidas no Edital, Termo de Referência e demais anexos;
- b)** os preços ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo tributos, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, frete, seguros, transporte, embalagem e quaisquer outras despesas incidentes;
- c)** os produtos/serviços ofertados atendem integralmente às especificações técnicas, quantitativas e qualitativas exigidas no Termo de Referência;
- d)** os preços apresentados são exequíveis, compatíveis com os valores praticados no mercado e suficientes para a execução integral do objeto licitado;
- e)** comprometemo-nos a cumprir integralmente os prazos, condições e demais exigências estabelecidas no edital e seus anexos;
- f)** não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e da Lei nº 9.854/1999;
- g)** esta proposta vincula-se integralmente ao edital, ao Termo de Referência e aos demais anexos do certame;
- h)** caso vencedores, comprometemo-nos a manter durante toda a execução contratual as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame, nos termos da legislação aplicável.

7 . DISPOSIÇÃO FINAL

Declara, ainda, que as informações constantes desta proposta são verdadeiras, responsabilizando-se integralmente por sua exatidão e autenticidade.

Local e data: _____

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

CPF: _____

CARGO/FUNÇÃO: _____







ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

LEI 14.133/2021

INFORMAÇÕES	
	PROCESSO DE ORIGEM nº xxx/2026
	ORGÃO GERENCIADOR Câmara Municipal de São Luís
	VALOR CONTRATUAL R\$ 0,00 (valor por extenso)
	VIGÊNCIA 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP
OBJETO	
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	
DADOS DO BENEFICIÁRIO	
RAZÃO SOCIAL CONTRATADO, CNPJ nº _____.____.____/____-__ Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado..... Nome Responsável Contratado....., CPF nº _____.____.____-__	



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Câmara Municipal de São Luís – MA, inscrita no CNPJ nº _____, lavra a presente Ata de Registro de Preços (ARP), referente ao Processo Administrativo em epígrafe que deu origem ao N° {numero_processo_contratacao}, que tem como objeto _____, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, observados as especificações, os preços e os quantitativos do termo de referência do Processo de Contratação em referência, atendendo as condições previstas no edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na _____, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como, as cláusulas e condições abaixo estabelecidas, constituindo-se esta **ATA** em documento vinculativo e obrigacional às partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís, conforme tabela, condições e exigências estabelecidas conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital do Pregão Nº _____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE, FORMALIZAÇÃO E CADASTRO RESERVA

2.1 – A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2 – Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2 – A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1 – O instrumento contratual de que trata o item anterior deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3 – Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4 – Após do processo de contratação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1 – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário e se obrigar nos limites dela;

2.4.2 – Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1 – Aceitarem cotar os itens com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação;

2.4.2.2 – Mantiverem sua proposta original.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

2.4.3 – Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5 – O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6 – Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário terão prioridades sobre aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7 – A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1 – Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital;

2.7.2 – Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

2.8 – O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9 – Após a homologação do processo de contratação, o fornecedor mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10 – A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP.

2.11 – Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7, observando o item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12 – Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do instrumento convocatório, poderá:

2.12.1 – Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2 – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA – REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

3.1 – Considerando o disposto no § 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021 e a regulamentação contida no § 3º do art. 9º da Resolução Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024, não se aplica a esta Ata de Registro de Preços o remanejamento das quantidades registradas, uma vez que a Câmara



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Municipal de São Luís é o órgão gerenciador e único contratante, pois não possui obrigação de realizar procedimento público de intenção de registro de preços e aceitar a participação de outros órgãos ou entidades.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

4.2 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

4.2.1 – Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.2 – Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

4.1.3 – Na hipótese de previsão no instrumento convocatório de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.3.1 – No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

4.1.3.2 – No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA QUINTA – NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

5.1 – Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.1.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.1.2 – Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

5.1.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.1.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.2.1 – Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

5.2.2 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 6.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.2.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

5.2.4 – Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 6.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

5.2.5 – Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5.2 e no item 5.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

5.2.6 – O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

6.1.1 – Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

6.1.2 – Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

6.1.3 – Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 26, § 2º, da Resolução Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024; ou

6.1.4 – Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4.1 – Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

6.2 – O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.3 – Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6.4 – O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

6.4.1 – Por razão de interesse público;

6.4.2 – A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

6.4.3 – Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25, § 3º e 26, § 4º, ambos da Resolução



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 – O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no instrumento convocatório;

7.1.2 – As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

7.2 – É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 – As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do instrumento convocatório.

8.2 – Integra a presente Ata de Registro de Preço, o Anexo I, com o cadastro de reserva das empresas signatárias que aceitam cotar os itens com os preços iguais ao do licitante vencedor do procedimento de contratação em referência.

8.3 – Fica eleito o Foro da cidade de São Luís - MA, para dirimir quaisquer litígios oriundos da presente ATA de Registro de Preços (ARP), que não puderem ser administrativamente solucionados, renunciando, como renunciado têm, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, até mesmo se houver mudança de domicílio de qualquer das partes.

CLÁUSULA NONA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – Utilizando da prerrogativa prevista no § 5º do art. 30 da Resolução Administrativa Nº 193, publicada no Diário Oficial do Município em 16/01/2024, a Câmara Municipal de São Luís, órgão gerenciador, **não admitirá** adesão de outros órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Distrital e Municipal a esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ITENS REGISTRADOS

10.1 – O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
	(conforme TR)						

São Luís – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CADASTRO DE RESERVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

Aceita(m) cotar o(s) produto(s)/serviço(s) objeto da Ata de Registro de Preços em epígrafe com preços iguais ao do licitante vencedor do Nº , detentor dos preços registrados com esta Câmara Municipal, na sequência da classificação do certame, os seguintes fornecedores:

COLOCAÇÃO	FORNECEDOR	CNPJ	ENDEREÇO	REPRESENTANTE	CONTATOS	Nº DOS LOTES

São Luís – MA, ____ de ____ de ____

(ASSINATURAS)



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____	
	PROCESSO DE ORIGEM Dispensa nº ____/____ Processo nº ____/____
	VIGÊNCIA CONTRATUAL De xx/xx/202x a xx/xx/202x
	VALOR CONTRATUAL: R\$ X.XXXX,00 (XXXXXXXXXX)
	DADOS DA CONTRATANTE Câmara Municipal de São Luís, CNPJ: 05.495.676/0001-17 Rua da Estrela, 257 – Centro, CEP: 65010-200, São Luís - MA Paulo Victor Duarte Melo, CPF nº _____.____.____-__
	DADOS DO CONTRATADO [Nome da empresa], CNPJ: Logradouro....., Número....., Bairro....., Cidade....., Estado..... Nome Responsável Contratado....., CPF nº _____.____.____-__
	FISCAL DO CONTRATO [Nome Fiscal Contrato]

OBJETO
Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

PREÂMBULO

Aos ____ de _____ de _____, a Câmara Municipal de Vereador de São Luís (MA) Contratante, inscrita no CNPJ nº 05.495.676/0001-17, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO

1.1– O presente instrumento tem por objeto a aquisição **de materiais de expediente e apoio administrativo, materiais de limpeza, gêneros alimentícios e itens de copa**, visando atender às necessidades da Câmara Municipal de São Luís, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, de acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 – O valor do presente Contrato é de R\$ (.....), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÕES E ITENS DO CONTRATO						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1						
2						
3						
						Valor Total R\$

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.3.2 – Edital de Licitação;

2.3.3 – A Proposta do Contratado;

2.3.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1– O presente contrato terá vigência de XX (____) meses, contados da data de sua assinatura, limitada ao prazo necessário ao cumprimento integral das obrigações pactuadas, incluindo fornecimento, recebimento, eventual substituição de itens, liquidação e demais obrigações contratuais correlatas, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado sucessivamente, observada a conveniência administrativa e o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições mais vantajosas para a Administração.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

3.2- A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 3.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento dos bens tem natureza continuada;
- 3.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que tenha sido prestada regularmente;
- 3.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no fornecimento;
- 3.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 3.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3- O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.4- A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.5- Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

3.6- O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

5.2 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados da regular liquidação da despesa, mediante apresentação da documentação completa exigida para instrução processual, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Para fins de solicitação de pagamento, a CONTRATADA deverá protocolar **fisicamente** o pedido junto ao **Protocolo Geral da Câmara Municipal de São Luís**, localizado na **Rua da Estrela, nº 257, Bairro Reviver, São Luís/MA**, em dias úteis, no horário regular de expediente administrativo da Casa Legislativa, mediante apresentação integral da documentação exigida para instrução do processo de pagamento.

5.4 O pedido de pagamento deverá ser instruído, obrigatoriamente, com os seguintes documentos:

5.5 Ofício formal de solicitação de pagamento, assinado pelo representante legal da contratada, contendo, no mínimo:

- a) Mês de referência da prestação do serviço ou fornecimento;
- b) Descrição clara e detalhada do objeto executado;
- c) Número do contrato administrativo;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- d) Número do processo administrativo;
- e) Valor total solicitado;
- f) Dados bancários da contratada (banco, agência e conta corrente);
- g) Documento comprobatório da representação legal, quando aplicável.

5.6 Nota Fiscal Eletrônica ou Fatura correspondente ao objeto executado;

5.7 Comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e demais documentos de habilitação exigíveis, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, incluindo:

Certidão relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
Certidão da Dívida Ativa Estadual;
Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
Certificado de Regularidade do FGTS;
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
Extrato de Contribuição Previdenciária (CNIS)
Demais certidões eventualmente aplicáveis ao objeto contratado.

d) **Ordem de fornecimento** expedida pelo Fiscal do Contrato, ou documento equivalente que comprove a autorização da execução;

e) **Relatório de Execução Contratual** expedida pelo **Fiscal do Contrato** ou documento equivalente, devidamente atestado pelo Gestor do Contrato;

f) Demais documentos complementares exigidos conforme a natureza da contratação.

5.8 O setor competente da CONTRATANTE procederá à conferência formal da documentação apresentada, verificando a existência dos elementos essenciais à liquidação da despesa, bem como a conformidade da execução contratual.

5.9. Havendo erro, inconsistência, ausência documental, irregularidade fiscal ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o processo de pagamento será sobrestado e devolvido para saneamento, reiniciando-se a contagem do prazo de pagamento somente após a regularização integral da pendência, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.10 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar a emissão da respectiva ordem bancária.

5.11 Considerando que, até o presente momento, o procedimento administrativo adotado pela Câmara Municipal de São Luís para solicitação de pagamento contratual ocorre exclusivamente por meio físico, junto ao protocolo institucional, a CONTRATADA declara ciência de que eventuais custos operacionais decorrentes da preparação documental, impressão, autenticações, deslocamento de prepostos ou funcionários, protocolo físico e demais despesas correlatas necessárias à instrução do pedido de pagamento deverão ser considerados na formulação da proposta comercial, não sendo admitidos pleitos futuros de reequilíbrio econômico-financeiro, reajustes adicionais ou cobranças complementares fundamentadas exclusivamente nesses custos operacionais ordinários previsíveis.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

5.12 A disposição prevista no item anterior restringe-se exclusivamente aos custos administrativos ordinários inerentes ao procedimento de protocolo e instrução do processo de pagamento, não afastando o direito da contratada à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato nas hipóteses legalmente cabíveis, devidamente comprovadas, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pelo Presidente da Câmara Municipal de São Luís, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de São Luís deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE:
CLASSIFICAÇÃO:
NATUREZA DA DESPESA:
FICHA:

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.

9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Fornecimento.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

- i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.
 - a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.
- iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “a”, “b”, “c” e “d” do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Presidente da Câmara Municipal de São Luís.

12.5 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.5 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.10 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de São Luís - MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
São Luís – MA, ____ de _____ de ____

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

NOME:

NOME: